

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus Marília

MÁRIO THIAGO RUGGIERI NETO

O DISPOSITIVO DE JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Marília
2015

MÁRIO THIAGO RUGGIERI NETO

O DISPOSITIVO DE JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Pensamento Social e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza.

Marília

2015

Ruggieri Neto, Mário Thiago.

R931d O dispositivo de juventude e as políticas públicas no Brasil / Mário Thiago Ruggieri Neto. – Marília, 2015.

73 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 68-73

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza.

1. Juventude – Aspectos sociais. 2. Políticas públicas.
3. Sociologia. I. Título.

CDD_301.4315

O DISPOSITIVO DE JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

MÁRIO THIAGO RUGGIERI NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza (orientador)

(Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista/ FFC Marília)

Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Teixeira

(Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista/ FFC Marília)

Prof^ª. Dr^ª. Luana de Carvalho da Silva Gusso

(Departamento de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville/ UNIVILLE)

SUPLENTES

Prof. Dr. Marcos Cesar Alvarez

(Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Rodolfo Arruda Leite de Barros

(Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Estadual Paulista/ FFC Marília)

Marília, 4 de fevereiro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos professores e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília, sem os quais este trabalho não seria possível. Em especial, ao professor Luís Antônio Francisco de Souza, pela orientação e confiança depositada em minha capacidade como pesquisador, e aos professores José Geraldo Poker e Rodolfo Arruda, por terem participado, com preciosas observações, do exame de qualificação da dissertação.

Agradeço também aos amigos (também dissentes do Programa) Gustavo Erler Pedrozo, Carlos Alberto Sanches Jr e Esdras Selegrin pelas longas conversas sobre política, economia e cultura, conversas que aparecem direta ou indiretamente no resultado final desta pesquisa.

Agradeço especialmente a algumas pessoas que foram de extrema importância para a conclusão deste mestrado: à minha companheira Bruna, pelo suporte afetivo em todas as crises e incertezas que acompanharam meu percurso; à minha irmã Ana, pelo trabalho de revisão técnica e normatização da versão final da dissertação; ao meu irmão João, pela amizade e por me fazer sentir alguém admirado; aos meus pais por apoiarem todas as minhas decisões.

Por fim, agradeço às professoras Alessandra Teixeira e Luana de Carvalho por aceitarem participar da banca de defesa da dissertação.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre a juventude como objeto de governo da modernidade. Através da bibliografia histórica e sociológica, procurou-se desenvolver a hipótese de que a juventude deve ser compreendida como dispositivo governamental, isto é, como rede de discursos e práticas que tem efeitos políticos sobre indivíduos e coletividades na medida em que normaliza condutas e comportamentos. Nesse sentido, deu-se ênfase à emergência da juventude como problema de investigação científica. A partir desta hipótese, foram analisados alguns debates contemporâneos produzidos pelo campo das Políticas Públicas de Juventude no Brasil, procurando-se demonstrar como este campo configura a forma contemporânea do dispositivo, estabelecendo os direitos específicos da juventude e as medidas políticas necessárias para garantir a integração “normal” dos jovens em “desvantagem social” à sociedade.

Palavras-chave: Juventude; Sociologia da Juventude; Dispositivo; Políticas Públicas para Juventude.

ABSTRACT

This study aimed to make a theoretical reflection on youth as an object of modern government. Through historical and sociological literature, we sought to develop the hypothesis that youth should be understood as a governmental device, that is, as a network of discourses and practices that have political effects on individuals and communities in that normalizes conduct and behavior. In this sense, there was emphasis on the emergence of youth as a scientific research problem. From this hypothesis, presented some contemporary debates produced by the field of Youth Public Policy in Brazil, seeking to demonstrate how this field sets the contemporary form of the device, establishing the specific rights of youth and the policy measures needed to ensure "normal" integration of young people in "social disadvantage" to society.

Keywords: Youth; Sociology of Youth; Device; Public Policies for Youth.

LISTA DE SIGLAS

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA - Estados Unidos da América

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FEEM - Fundação Estadual de Educação do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNJ - Política Nacional de Juventude

PPJ - Políticas Públicas para a Juventude

ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A JUVENTUDE COMO DISPOSITIVO NAS SOCIEDADES MODERNAS	19
1.1 Processos da Modernidade.	19
1.2 A “descoberta” da infância e a emergência da juventude	22
1.3 A juventude no discurso científico	27
1.4 Algumas considerações.	40
2 A JUVENTUDE NO DISCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	43
2.1 A juventude na agenda da redemocratização.	43
2.2 Contexto internacional.....	48
2.3 A condição juvenil: conceito analisador e objeto de intervenção	49
2.4 Juventude, Desigualdade e Políticas Públicas.	55
2.5 Juventude, Vulnerabilidade e Políticas Públicas.	61
2.6 Juventude, reflexividade e participação.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa reflexão teórica sobre as Políticas Públicas para Juventude, campo político que vem ganhando espaço no debate público brasileiro nas duas últimas décadas. O fato de ser uma reflexão teórica indica, desde o início, que nossa finalidade não é estabelecer uma relação de profixia entre especialista e realidade, na qual se buscaria analisar um dado problema ou conjunto de problemas e forjar para eles alternativas práticas. Toda reflexão pautada na teoria social pode ser, em certa medida, uma forma de intervenção na realidade, deve-se reconhecer. Porém, não colocamos como meta para este trabalho tornar-se obra de referência para gestores públicos e demais profissionais envolvidos com os *problemas da juventude*. Ele também não é uma análise global, no sentido de uma compilação dos programas de governo voltados para *juventude*, tampouco um estudo factual do impacto social das medidas adotadas ou da dinâmica institucional de cada programa formulado. Não almejamos, deve estar claro, avaliar as políticas públicas para juventude no Brasil, no sentido de suas positivities e faltas. Pelo contrário, nossa pesquisa parte da compreensão da juventude como dispositivo histórico e das políticas públicas como *tecnologia social* que estabelece objetos e objetivos de governo¹. O problema para nossa investigação é a subjetivação da juventude a partir de práticas governamentais.

Políticas Públicas

Historicamente, o campo prático e teórico das políticas públicas surge nos EUA, no contexto da Guerra Fria, como valorização da tecnocracia como princípio governamental, ligado a uma ampla discussão sobre como deveria se portar o governo numa sociedade democrática e que serviria de modelo social e de desenvolvimento econômico no mundo pós-Guerra (SOUZA, 2006). Parte-se, naquele momento, do pressuposto de que o que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente, destacando-se o papel dos especialistas e das instituições na administração e formulação de objetivos políticos.

No contexto brasileiro, assim como o da América Latina, esta área ganha expressividade a partir das décadas de 1980 e 1990, no bojo de processos da

¹ O termo Tecnologia Social foi empregado por Karl Mannheim (1967) referindo-se aos recursos materiais e intelectuais disponíveis para o planejamento social, para intervenção direcionada na sociedade, focando na administração de fenômenos coletivos e comportamentais.

redemocratização, de regulação orçamentária e redefinição das prioridades das políticas de Estado, sobre a forte pressão de instituições internacionais de solidariedade e regulatórias que definem a questão social a partir da pobreza, vulnerabilidades e desigualdades (IVO, 2006).

Nas análises de políticas públicas, empreendidas nos marcos da ciência política, prevalece a noção de *Sistema Político*, entendido como forma institucionalizada de relações de poder numa sociedade dada, procurando-se identificar como se produzem nesse sistema os *inputs* (demandas da sociedade civil), os *withinputs* (demandas e limites do próprio sistema político) e os *outputs* (resultados) (EASTON, 1970). Numa recente revisão bibliográfica sobre o tema das políticas públicas, encontramos a seguinte conclusão:

[...] pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p. 40).

As análises de políticas públicas se concentram, assim, em investigar quem são os sujeitos de uma política, desde a demanda à tomada de decisão, supondo que “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1998a, p. 1) e que as “políticas públicas (polices), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política” (*idem*). Considera-se, ainda, que o esquema demandas sociais-demandas do sistema-resultados permitiria, analiticamente, verificar como um “estado de coisas torna-se um problema político” (*ibidem*, p.5).

O problema da significação da juventude

Ao considerar a temática da juventude, verifica-se a necessidade de questionar o modelo analítico da ciência política. Juventude é uma expressão bastante imprecisa, podendo, na linguagem cotidiana, vir a significar coisas diversas, desde um “estado de espírito” até uma parcela de uma população dada e dividida em grupos etários. Aliada a esta diversidade de significados na comunicação corrente, observa-se que a juventude, enquanto ideia e enquanto experiência de vida, se altera consideravelmente no decorrer do tempo histórico, acompanhando transformações de ordem política, econômica e cultural. Isto posto, cabe questionar o que a juventude é, diante de tal plasticidade conceitual e experiencial, a não ser

uma palavra. Uma palavra que faz um corte, uma cisão na realidade, que serve para se referir a alguém, a alguns, a muitos talvez, mas não a todos. É essa linha de raciocínio que encontramos em Pierre Bourdieu (1983), que nos lembra que as divisões entre as idades são arbitrárias e que as fronteiras entre os grupos de idade são objeto de manipulação e disputas em todas as sociedades. “A representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos” (BOURDIEU, 1983, p.112).

A *significação*, ainda na trilha da análise bourdiana, é dada no interior de um *campo social*, entendido como arena de relações de força na qual a principal disputa se dá “pela produção do senso comum, ou mais precisamente pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial (...) da visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.146). E, como consequência lógica, o campo passa a constituir o espaço de referência para futuras disputas por significação.

Isto posto, cabe observar que:

...a comunicação se dá enquanto interação socialmente estruturada: os agentes da “fala” entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é o “tu” que escuta o “outro” como elemento complementar da interação, mas se defronta com o “outro” numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados a nível da sociedade global (ORTIZ, 1983, p. 13).

Levar em consideração a advertência de Bourdieu nos conduz à seguinte observação: a juventude remete ao discursivo, à construção simbólica, à representação. É por esta razão que o conceito de juventude não é fixo, e os limites etários para se dizer onde a juventude começa ou termina são extremamente frouxos². Não se trata obviamente de negar o fato biológico do envelhecimento, processo no qual se pode destacar a puberdade do corpo e graduar indivíduos numa escala progressiva que permita comparar quem é mais jovem e quem é menos jovem. A este respeito, a literatura sociológica contemporânea procura conciliar os aspectos simbólicos com os aspectos físicos e materiais nos quais a *condição juvenil* é produzida num determinado contexto social (MARGULIS e URRESTI, 1996).

A literatura especializada sobre políticas públicas de juventude leva em consideração o fato de que tais políticas se moldam em representações ideológicas vigentes e que, além disso, podem-se modificar, através das políticas adotadas, algumas destas representações, sobretudo as que estigmatizam os jovens (SPÓSITO e CARRANO, 2003).

² De acordo com a atual legislação brasileira, o termo juventude aplica-se ao grupo de indivíduos situados entre os 15 e os 29 anos de idade. Ver Estatuto da Juventude, Lei 12852/13.

Assim, numa definição parcial, poderíamos dizer que é objeto deste estudo a construção da juventude como sujeito das políticas públicas no Brasil. Nesse ponto, vale ainda ressaltar que, até pouco tempo, o único ator legítimo no debate brasileiro sobre políticas de juventude era o campo acadêmico e que muitas das questões e problemáticas assumidas pelos atores atualmente envolvidos na construção de tais políticas foram colocadas pelo campo acadêmico (CASTRO, 2011).

A visibilidade sobre a categoria *juventude* como objeto de políticas focalizadas é fenômeno bastante recente na sociedade brasileira. O termo foi introduzido, de forma bastante diversa da atual, na cena pública do país durante a década de 1970, de forma geral para designar os membros dos movimentos político-estudantis que faziam oposição ao regime militar.

No início do processo de redemocratização, assistiu-se a inserção da *infância* e da *adolescência* como sujeitos jurídicos e alvo de políticas capazes de assegurar que estas fases de vida fossem realidades compatíveis com os princípios democráticos e humanistas. A *juventude*, por sua vez, começou a ser reconhecida enquanto *sujeito jurídico* a partir de 2005, com a Lei 11.129 que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), criou o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Sucessivamente, houve a promulgação da Emenda Constitucional 65/2010, e, por fim, Lei 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude e as políticas públicas de juventude como política de Estado.

Portanto, ao verificar-se que há, no Brasil, um campo das políticas de juventude em construção, temos que admitir, por uma questão metodológica, as disputas internas ao campo em construção, isto é, a busca por um consenso legítimo sobre o que se entende acerca do público alvo das referidas políticas.

O problema do dispositivo

A definição do objeto acima esboçada é parcial porque, além do significado da juventude ser socialmente construído, alguns processos específicos que constituíram as sociedades modernas contribuíram para a subjetivação da juventude como fase singular. Quando trazemos para análise a construção do *sujeito juventude*, estamos considerando que os discursos e os sujeitos se constroem no interior de relações sociais e políticas específicas. A base dessa perspectiva encontra-se desenvolvida no pensamento de Michel Foucault (2003)

notadamente no que diz respeito às relações íntimas entre verdade e poder na produção de subjetividades.

Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade (FOUCAULT, 2003, p.27).

As instâncias sociais, a partir de Foucault, são vistas como redes através das quais circulam discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos de poder. O poder passa a ser encarado não como bem, não como posse, mas como exercício posto em prática em relações sociais. O próprio saber é considerado como pertencente à ordem da violência e a verdade como resultado de uma relação bélica (FOUCAULT, 2005).

O exercício do poder, portanto, passa necessariamente pelo discursivo, ou, mais precisamente, pela produção da verdade.

Numa sociedade como a nossa – mas afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (FOUCAULT, 2005, p. 28)

Discurso, poder e sujeito se articulam. Para nosso tema, esta consideração é importante, pois, como subjetividade, a juventude pode ser compreendida a partir das relações de saber e poder que a constituem.

Ainda de acordo com Foucault (2005), tomar os discursos pela perspectiva do poder não significa tomá-los a partir do Aparelho de Estado. Não é simplesmente isso. Há na obra de Foucault uma não-identificação entre poder e Estado. O próprio Estado coloca em funcionamento, administra, direciona ou reconduz múltiplas relações de poder, mas o Estado não detém o poder. “Na verdade, o poder não existe, existem práticas ou relações de poder, que são constitutivas do corpo social” (SOUZA, 2011, p.194). Nas análises de Foucault, o Estado aparece como operador de poderes, mas não como instância da qual o poder emana.

O que se pretendia era se insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. Daí a necessidade de utilizar uma *démarche* inversa: partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia que ele tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes

– sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado (MACHADO, 1985, intro. p.xiii).

Trazendo essa reflexão para nosso problema, consideramos que o Estado é, sem dúvida, importante ator na construção social da juventude, inclusive através de políticas públicas. Sobre o poder, entretanto, ninguém tem o monopólio. Partir da “especificidade da questão colocada” significa ver como o Estado, como ator legítimo na produção de políticas públicas, tem colocado em circulação uma série de discursos sobre a juventude no Brasil³. Estes discursos, no entanto, se constroem em muitos âmbitos, com destaque para o campo científico e para os movimentos sociais.

Foucault não tratou especificamente do tema políticas públicas⁴. É possível dizer que em sua vasta produção o autor deu ênfase ao fenômeno do governo, entendido porém “não no sentido estreito e atual de instância suprema de decisões executivas em um sistema estatal, mas no sentido de mecanismos [...] destinados a conduzir os homens” (FOUCAULT, 2009, s/p). Através do estudo genealógico destes mecanismos governamentais “paralelos” aos mecanismos estatais, Foucault identificou a emergência de *dispositivos*, formações prático-discursivas heterogêneas através das quais as individualidades e as coletividades tornaram-se governáveis nas sociedades modernas. Os dispositivos seriam conjuntos de saberes e práticas que configuram verdadeiras tecnologias políticas.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os

³ Nas análises de políticas públicas, o peso do Estado é muito relativo. Os próprios estudiosos que propuseram as políticas públicas como campo analítico buscavam uma alternativa capaz de escapar às teorias que focavam a centralidade do Estado nos processos da política. Acusaram estas teorias de justificarem as ações do Estado pelo próprio Estado, propondo em seu lugar o modelo institucionalista de compreensão da realidade que, no lugar de um órgão centralizador do poder, dá ênfase ao papel das instituições sociais, ao sistema político, às demandas sociais e aos atores envolvidos nos processos de decisão e implantação de medidas políticas. Essa crítica dirigida às teorias de Estado pode ser lida em EASTON, D. “O Sistema Político Sitiado pelo Estado” in *A ciência política dos anos 80*. Przeworski e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

⁴ Foucault investigou “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população” (FOUCAULT, 2008, p. 431). Assim, considerou o nascente liberalismo “não como uma teoria, nem como uma ideologia [...] mas como uma prática, isto é, maneira de fazer orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua” (*ibidem*, p. 432). O mesmo se aplicaria aos neoliberalismos alemão e americano, entendidos não como teoria econômica nem como doutrina política, mas como certa arte de governar. As análises de Foucault podem contribuir, nesse aspecto, para uma genealogia das próprias políticas públicas como tecnologia social e política. Deixaremos essa questão para um estudo posterior. Ver FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2006, p.244)

Em *Vigiar e Punir* (1993), por exemplo, Foucault demonstrou, a partir das práticas de encarceramento iniciadas na Europa entre os séculos XVII e XVIII, a emergência de um dispositivo disciplinar. Este dispositivo consistiria basicamente na aplicação de técnicas desenvolvidas nas instituições prisionais a outras áreas e instituições, como hospitais, manicômios, exército, fábricas, colégios e escolas (FOUCAULT, 1993, p. 129). As disciplinas são saberes e técnicas que decompõem “os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Elas os decompõem em elementos que são suficientes para perceber-los, de um lado, e modifica-los, de outro” (FOUCAULT, 2008, p.75).

As disciplinas individualizam para melhor tirar proveito dos corpos. Os elementos identificados são classificados em função de objetivos determinados em cada instituição. A disciplina “estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros” (*idem*). É, nesse sentido, uma tecnologia de normalização.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz (*idem*).

Se a análise das práticas penais revelou como nos séculos XVII e XVIII as disciplinas foram o dispositivo mais inovador do ponto de vista do exercício do poder, de modo desarticular a massa variável dos homens, deixando em evidência o mínimo, o atômico, o indivíduo – as análises posteriores de Foucault (2005) começaram a investigar como, entre os séculos XVIII e XIX em diante, verifica-se a “assunção da vida pelo poder, um interesse do poder político pelo ser humano enquanto espécie, enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 2005, p.286).

Foucault sugere a emergência de um dispositivo biopolítico, cujo alvo passa a ser os fenômenos biológicos inerentes a vida da espécie humana, e estes fenômenos na medida em que são fenômenos de massa, gerais, endêmicos, mais ou menos estáveis do conjunto: enfim, o homem enquanto *população*, conceito primeiramente empregado na biologia e que foi assimilado pelas ciências humanas, passa a ter relevância e significação.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente,

não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo na medida em que é indivíduo, essencialmente, de intervir naquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se, sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média (...) em suma, de instalar mecanismos de previdência em tomo desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos (*ibidem*, p.294).

A emergência da biopolítica sugere, ainda, a passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de regulamentação, cujo principal aspecto é a gestão dos fenômenos populacionais de acordo com objetivos políticos (FOUCAULT, 2008). Se, como enfatizaram alguns dos autores clássicos das ciências sociais⁵, a centralização do poder político e econômico está na origem das sociedades modernas, é certo que a governamentalidade posta em prática nestas sociedades tem como característica a capacidade de normalizar os corpos, seja pelas condutas individuais (através das disciplinas), seja pelos fenômenos populacionais (através da biopolítica).

Em seu estudo sobre a história da sexualidade⁶, derradeiro exemplo, Foucault (2007) evidenciou como as modernas sociedades ocidentais configuraram uma relação com o desejo e com a sexualidade que não é exatamente da ordem da repressão ou da proibição, como se supunha, por exemplo, no campo da psicanálise, mas uma relação, antes de tudo, produtiva; através de conhecimentos e práticas relacionadas ao desejo, aos prazeres e à reprodução (como os da medicina, da psicanálise, da sexologia), nossas sociedades fizeram mais que proibir; na realidade, fizeram a sexualidade se confessar, produzindo um dispositivo de sexualidade, através do qual é possível governar corpos, estimulando alguns comportamentos, silenciando outros (FOUCAULT, 2007). A sexualidade, na medida em que foi capturada por essa rede de práticas, discursos e saberes, tornou-se um dispositivo; não foi simplesmente “descoberta” de acordo com os critérios da razão e da ciência moderna, mas sim normalizada.

Foucault (2007) descreve, desta maneira, a relação entre experiências (sexualidade, desejo), conhecimento (medicina, psicanálise, sexologia, pedagogia) e poder/verdade (histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; psiquiatrização do prazer supostamente perverso).

A forma como as sociedades modernas delimitaram a sexualidade, os indivíduos e a população - a partir da normalização - não se explica pela natureza própria da sexualidade,

⁵ Os papéis da centralização do poder econômico e do poder político na constituição das sociedades modernas foram objeto dos estudos clássicos de Karl Marx e Max Weber. Para uma discussão mais contemporânea, ver Giddens, *O Estado-Nação e a violência*. São Paulo, Edusp, 2005

⁶ Refiro-me aqui especificamente à *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, (Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007), o primeiro de uma série de três volumes.

nem do indivíduo, nem da população, mas pelo sucesso da normalização como mecanismo político de produção da verdade, tornado princípio e método da organização dos espaços e das relações humanas, utilizado, inclusive, pelo Estado em seu campo de atuação.

A proposta da presente pesquisa é colocar a seguinte questão: Não seria possível analisar a juventude como um dispositivo, através do qual as sociedades modernas produziram racionalidades e objetivos políticos? Apoiamo-nos, é claro, em algumas evidências disponíveis na própria literatura produzida sobre juventude.

Como demonstrou o historiador Philip Ariès (1978), a descoberta das *fases de vida*, que ganhou destaque em vários ramos da ciência moderna como a medicina, a psicologia e a sociologia, é tão moderna quanto estas ciências, remetendo a processos de institucionalização e de agenciamento de sujeitos da modernidade, dos quais resultou a *juventude* como uma *fase* dos ciclos de vida. Ainda numa perspectiva histórica, ressaltam alguns autores que o interesse acadêmico e político pela juventude se deram no mesmo momento, quando grupos ou culturas juvenis foram considerados ameaçadores à ordem social estabelecida (ABRAMO, 1994; ARIÈS, 1978; MACHADO PAIS, 2003).

A visibilidade da juventude e sua tematização como problema constroem-se, nesse período (sec. XIX), através do surgimento de um comportamento “anormal” por parte dos grupos de jovens delinquentes, ou excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes (ABRAMO, 1994, p.8).

Afirmar a vigência de um dispositivo de juventude significa considerar que as sociedades modernas procuram normalizar os indivíduos a partir da própria juventude. Deixaremos de lado, portanto, qualquer definição prévia de juventude, bem como qualquer delimitação etária. Antes, o que interessa é deixar falar os discursos sobre juventude e verificar como eles operam delimitações e apreendem, numa trama política, a experiência da juventude. Queremos fazer valer o fato de a modernidade ter, de forma bastante inovadora, desenvolvido toda uma reflexão sobre a *socialização* dos indivíduos, sobre as possíveis continuidades e discontinuidades que a substituição geracional impõe à existência do mundo social, e, por outro lado, ter desenvolvido técnicas de controle e formação do corpo, capazes de garantir continuidades, promover novas práticas e modificar antigas quando necessário.

O objeto de análise de nossa pesquisa é, portanto, a juventude enquanto projeto, enquanto objeto governamental, e não os sujeitos empíricos “portadores” da juventude, os jovens. Embora o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos esteja sendo disputado hoje no Brasil, consideramos importante enfatizar o caráter político e circunstancial das

políticas públicas, enquanto a juventude, como dispositivo governamental, remete ao processo histórico de normalização dos indivíduos desenvolvido pelas sociedades modernas, sendo as políticas públicas de juventude uma das formas contemporâneas deste dispositivo.

Não se trata, como deve estar claro, de uma análise de políticas públicas no sentido estrito, isto é, focando as relações entre demandas sociais e sistema político; não significa isto que nossa análise não possa contribuir para o campo político da juventude.

Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que [...] a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. [...] A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares” (SOUZA, 2006, p.26).

Em um texto apresentado em 2010, durante o seminário Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil, a debatedora propõe a reflexão sobre a expansão e diversificação do debate sobre juventude e políticas públicas no Brasil, fazendo a seguinte advertência:

É claro que nesse contexto experimentamos também o contraditório desse processo de visibilização que o tema alcança, que se reflete na presença de uma extensa produção investigativa sob a chave “visibilidade empírica”. Percebe-se uma profusão de estudos, nem sempre dispostos a aprofundar o debate, a experimentar o diálogo com novas chaves de leitura, e mesmo com outros espaços investigativos “externos” à zona de conforto do campo constituído (CASTRO, 2011, p.282).

Pode-se dizer que, ao propormos estudar as políticas públicas para juventude pela chave da analítica do dispositivo, tentamos oferecer ao debate contemporâneo sobre direitos sociais e políticas públicas novas possibilidades de análise e reflexão. Essa forma de proceder responde ainda ao próprio compromisso contemporâneo da sociologia da juventude, que consiste em buscar *desnaturalizar* a categoria juventude, supondo-se que tal naturalização tende a ser imposta pelos discursos de *doxa* dominantes, postos em circulação principalmente pelos meios de comunicação de massa (MACHADO PAIS, 1990). Lembramos, também, que muitas vezes o próprio meio acadêmico-científico é parte importante na produção e circulação dessa naturalização.

Materiais e objetivos

Dividimos a dissertação em dois capítulos: no primeiro, analisaremos a constituição histórica da juventude como dispositivo da sociedade moderna, dando ênfase ao campo científico. Apresentaremos alguns textos clássicos sobre juventude, notadamente aqueles que refletiram sobre a potencial descontinuidade que a juventude oferece a estas sociedades. Tentar-se-á passar, ainda que de forma sucinta, pela multiplicidade de discursos e saberes relevantes na constituição da juventude como problema científico, dando ênfase ao discurso sociológico.

No segundo capítulo, investigaremos a construção da juventude no discurso das políticas públicas no Brasil, a partir da análise dos debates feito pelo campo especializado. A hipótese é que este debate pode revelar elementos importantes da apreensão da juventude como problema contemporâneo.

Este estudo tem como objetivo mais amplo lançar alguma luz sobre os pontos de tensão na significação social da juventude, indicando as estratégias que vem sendo adotadas pelo campo das políticas públicas no Brasil.

1 A JUVENTUDE COMO DISPOSITIVO NAS SOCIEDADES MODERNAS

Neste capítulo, discutiremos as condições históricas a partir das quais a juventude tornou-se uma subjetividade nas sociedades modernas. Demonstraremos, ainda, como essas condições levaram a juventude a ser encarada como um problema que estas sociedades procuraram normalizar, realidade expressa na apreensão da juventude pelo campo científico.

1.1 Processos da Modernidade.

A Modernidade, período histórico que usualmente é dividido em dois momentos (a era moderna, que iria do final do século XV até a Revolução Francesa, em 1789, e a era contemporânea, da Revolução Francesa até os dias atuais) traz em seu bojo, para a vida em sociedade, uma contradição. Por um lado, é um período de oposição consciente ao modelo social precedente, ou seja, a Idade Média, no que diz respeito ao questionamento de uma sociedade estática, de ordens, pautada no autoritarismo do poder da aristocracia e da igreja e regida por relações tradicionais e que, portanto, formula e reivindica valores que hoje nos parecem bastante naturais, como a liberdade individual, direito e justiça igualitários e o uso da razão como método de interpretação do mundo. Por outro lado, com o advento da modernidade vemos surgir uma nova arte de governar, pautada no controle social racionalizado, em técnicas de contenção de comportamentos e hábitos que não sejam os considerados desejáveis, num monopólio da violência em favor de um poder centralizado. Nesta contradição, pode-se situar o surgimento dos ideais modernos em relação à formação das novas gerações.

É possível apontar, de forma sucinta, as transformações já bastante conhecidas que a modernidade operou em relação à sociedade medieval. No campo político, tem-se o surgimento do Estado moderno, centralizado, organizado segundo critérios racionais de administração, que substitui a divisão feudal do poder e a sua ligação intrínseca com os desejos da Igreja cristã. No campo econômico, o renascimento do comércio acaba com o modelo feudal de propriedade, baseado num sistema fechado e na agricultura, para dar lugar à mercadoria e ao dinheiro como elementos centrais das relações econômicas, o que resulta na acumulação de capital e na industrialização. No campo social, surge a classe burguesa, que nasce nas cidades e promove o novo processo econômico, ganhando relevância e paulatinamente substituindo a importância e centralidade da aristocracia. No campo cultural,

tem-se a formação de uma mentalidade pautada na laicização que emancipa o homem das visões religiosas de mundo e o coloca como centro de sua história e a valorização da razão como método de investigação, que segue seus vínculos internos, lógicos e experimentais, e dão ao homem maior controle sobre os processos da natureza.

Essas transformações originaram, evidentemente, um novo ideal social e educativo. A educação passa a destinar-se a um indivíduo histórico, ativo, liberto de vínculos tradicionais, mundanizado, aberto para o uso da razão, comprometido com a liberdade, com a autonomia. Os ideais educacionais do pensador Rousseau se inserem nesse contexto, nessas finalidades. No entanto, como dissemos anteriormente, essa nova ordem social conviveu em sua origem e ainda convive com uma contradição intrínseca entre a liberdade e o controle social. Tal contradição também se reflete em sua prática educativa, como foi observado por Franco Cambi (1999), um historiador da educação italiano:

A Modernidade nasce como uma projeção pedagógica que se dispõe, ambigualmente, na dimensão da libertação e na dimensão do domínio, dando vida a um projeto complexo e dialético, também contraditório, animado por um duplo desafio: o de emancipação e o de conformação, que permaneceram no centro da história moderna e contemporânea como uma antinomia constitutiva, talvez não superável, ao mesmo tempo estrutural e caracterizante da aventura educativa do mundo moderno (CAMBI, 1999, p. 203).

Hannah Arendt (1972) demonstrou sua inquietação em relação a esta contradição na passagem:

O testamento, que diz ao herdeiro aquilo que será legitimamente seu, atribui um passado ao futuro. Sem testamento, ou para elucidar a metáfora, sem tradição – que escolhe e nomeia, que transmite e conserva, que indica onde se encontram os tesouros e qual é seu valor – tudo indica que nenhuma continuidade no tempo pode ser definida e conseqüentemente não é possível existir, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente o devir eterno do mundo e dentro dele o ciclo biológico dos seres vivos (ARENDDT, 1972⁷, *apud* PERALVA, 1997, p. 17)

O que a autora quis dizer com essa passagem é que a projeção totalmente voltada para o futuro, idealizada pela Modernidade, é algo humanamente inviável, ou melhor dizendo, que a conservação do presente, no que diz respeito a produção dos indivíduos, é inevitável. Assim, a Modernidade continua a manter, e até mesmo criar tradições, sem as quais não há nada a se transmitir as novas gerações da sociedade⁸.

⁷ ARENDT, Hannah, (1972). *La crise de la culture*. Paris: Gallimard.

⁸ Para uma discussão mais complexa da permanência da tradição no interior da ordem moderna, ver Giddens (2000).

Mas a modernidade tem especificidades no que diz respeito à produção de sujeitos. As transformações ocorridas nas esferas econômica, política e cultural, deram forma a instituições e ações voltadas para a formação das novas gerações, dentre as quais se destaca, é claro, a instituição escolar. A escola emerge como instituição dedicada à formação do corpo e da alma do indivíduo, como momento de preparação deste indivíduo para a vida em sociedade, para assumir as “funções” sociais que lhe cabem: a colocação na divisão social do trabalho, a participação política consciente, a obediência às regras racionais da conduta civilizada. Socializar significa tornar social, tomar um ser que é, por sua natureza, a-social em ser social. O sociólogo Émile Durkheim (1978) dedicou sua atenção à problemática da educação moderna como forma de socializar os indivíduos, tornando-os membros da sociedade. Esse autor considerou que a educação moderna tem duas funções: uma função homogeneizadora, que consiste em formar todos os indivíduos em uma cultura comum para que conheçam as regras da sociedade moderna; uma função diferenciadora, que permita que cada um se especialize numa área específica para desempenhar as diferentes funções na complexa divisão social do trabalho desta sociedade. Ambas as funções estão subordinadas ao objetivo comum de socializar os indivíduos (DURKHEIM, 1978).

A noção de socialização (que é uma invenção moderna) revela o caráter normativo da modernidade, sua preocupação com a continuidade da ordem, com a regularidade, com o controle e eliminação das condutas indesejáveis, não racionais.

O sociólogo Max Weber (1981), ao designar o que seria um processo de racionalização da vida, que incluiria a autonomização das esferas sociais (econômica, cultural, política, religião), a burocratização dos domínios da atividade humana e o desencantamento do mundo (declínio das tradições), sugere a capacidade das sociedades modernas de submeter o social aos critérios da racionalidade. Na perspectiva aqui adotada, deve-se considerar a expansão dos mecanismos governamentais (incluindo o discurso científico nestes mecanismos), a partir do desenvolvimento dos dispositivos descritos por Foucault (1993; 2005; 2007), que constituíram subjetividades sujeitadas.

Pensar as relações sociais e os objetivos políticos construídos pelas sociedades ocidentais contemporâneas nos obriga a levar em conta os processos históricos de constituição das sociedades modernas. O desenvolvimento da modernidade como modo de produção, como sistema social e como modelo cultural é um processo que desloca e reconfigura os valores cultivados, a funcionalidade das instituições e as relações de poder até então

estabelecidas onde quer que esse modo de produção e organização da sociedade tenha chegado⁹.

O que nos interessa diretamente nessa história é verificar como foram se processando divisões etárias em decorrência das transformações ocorridas; como, a despeito do que fora produzido em outros contextos sociais, as sociedades modernas tenham produzido uma racionalidade própria para as *fases da vida*, dentre elas, a juventude.

1.2 A “descoberta” da infância e a emergência da juventude

Graças ao trabalho *História Social da Criança e da Família* (ARIÈS, 1978) publicado nos anos de 1960, pelo historiador francês Philippe Ariès, sabe-se, hoje, que a infância e o mundo adulto nem sempre estiveram separados, não havendo grandes distâncias materiais e simbólicas entre eles, por exemplo, nas sociedades da Alta Idade Média. O que hoje chamamos de infância e de juventude simplesmente não existia naquele contexto histórico e cultural.

O estudo de Ariès cobre certo período da história europeia e reconstitui algumas das transformações decisivas para a divisão etária das sociedades modernas, não partindo de uma visão linear ou teleológica dos fatos, uma vez que reconhece a existência dos grupos de idade em outros contextos sociais, como é o caso da Antiguidade ou das sociedades ainda existentes estudadas pelos etnólogos. Não obstante, sua análise busca precisar como, no nível das sensibilidades e das relações cotidianas, as sociedades modernas redefiniram o significado da infância, criando para ela uma racionalidade própria, separando gradualmente as crianças do meio social mais amplo.

Até meados do século XVII, prevalecia a ausência de um sentimento específico em relação à infância, ou melhor, nos casos em que ele existia, remetia a um brevíssimo período da existência humana.

⁹ Esse processo deve ser compreendido em sua diversidade, pois a globalização do modelo econômico-social capitalista moderno não significa a imposição de um modelo social universal, mas sim a relação complexa e contraditória de apropriação e ressignificação de valores, vínculos e práticas tipicamente modernas de acordo com os valores e as relações de poder historicamente estabelecidas em cada contexto. A aparente dicotomia entre o local e o global encobre, na realidade, o duplo movimento de regionalização do internacional e internacionalização do regional, num processo mais amplo que poderíamos chamar de *transmodernidade*. Sobre o conceito de transmodernidade, ver: GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.80, p.115-147, 2008.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote de homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÈS, 1978, p. 10)

O “tempo da aparição”, quando a criança era vista como um “brinquedinho divertido”, logo dava lugar a uma espécie de indiferença por parte dos adultos em relação à idade da criança. A socialização destas era feita sem grandes rupturas – o que não quer dizer sem conflitos - e acontecia, sobretudo, sob a forma do *aprendizado*, processo no qual as crianças simplesmente se misturavam aos adultos em suas práticas culturais e laborais.

A transmissão de valores, saberes e, de forma mais geral, a socialização das crianças não eram asseguradas pela família, nem controladas por ela. A criança se afastava rapidamente de seus pais e pode-se dizer que, durante séculos, a educação foi assegurada pelo aprendizado graças à coexistência da criança ou do jovem e dos adultos. Ela aprendia as coisas que eram necessárias saber, ajudando os adultos a fazê-las (ARIÈS, 1978, p. 6).

Na descrita sociabilidade medieval, a delimitação das idades era algo muito impreciso apesar de mecanismos como a maioridade/menoridade jurídica existirem desde muito antes. Contudo, no que diz respeito à identidade civil medieval, o sobrenome ocupava o lugar central, substituído hoje pelo número.

Quanto à indiferença em relação à criança, há também que se levar em conta que ela era, até certo ponto, uma consequência inevitável da demografia da época. A maior parte das crianças morria nova demais para ser lembrada, o que caracterizava a infância como algo efêmero, passageiro e que não continha em si muito valor. Para ilustrar esta realidade, Ariès cita frases atribuídas aos *Ensaio*s de Montaigne: “As minhas morrem todas pequenas” (MONTAIGNE, 1994¹⁰, *apud* ARIÈS, 1978, p.57) ou ainda, “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” (*idem*).

A mentalidade medieval em relação à criança só começaria a ruir a partir do século XVII. É a partir desse momento que o atual “sentimento de infância” se instala nas mentalidades e nas relações sociais e as crianças começam a ganhar uma atenção especial nos discursos científicos e filosóficos, nas proposições morais, nas ações e intervenções do Estado. O olhar indiferente sobre a criança, típico da sociabilidade medieval, vai sendo progressivamente abandonado, vindo mesmo a tornar-se repulsivo em nossas sociedades

¹⁰ MONTAIGNE, M. Da afeição dos pais pelos filhos. In: *Ensaio*s. São Paulo: Abril Cultural, 1994.

atuais. A tese sustentada por Ariès (1978) é a de que essa mudança nas mentalidades e sentimentos se deu a partir de dois movimentos que separaram as crianças do meio adulto. Primeiro, a reorganização da família como local de afetividade necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos.

A afetividade não era uma necessidade na família medieval. Se ela existisse, melhor, mas o que a família tinha por missão sentida por todos era “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua [...] em um mundo em que um homem, mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver [...]” (ARIÈS, 1978, p.11). As trocas afetivas ocorriam fora da família, num “meio muito quente e denso” (*idem*), composto por vizinhos, amigos, homens, mulheres, amos, criados. A esta sociabilidade medieval, começou a se sobrepôr, a partir de um momento determinado, a ideia de que cada criança é única e que cabe à família cuidar meticulosamente de sua educação, não sendo suficiente apenas estabelecer os filhos em função dos bens e da honra.

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pode mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÈS, 1978, p.12).

O segundo movimento apontado pelo autor é a escolarização da infância, processo pelo qual a antiga prática do aprendizado foi sendo paulatinamente substituída pela educação formal nas escolas e colégios.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1978, p.11).

A criança, que antes experimentava a vida junto dos adultos, passa a ser duplamente segregada da sociedade, tendo de desenvolver-se socialmente e moralmente no interior da família e da escola. Há que se considerar também que o desenvolvimento do trabalho assalariado nas indústrias e manufaturas acaba com as antigas formas de inserção no trabalho, antes pautadas no aprendizado, e pode-se dizer que a escolarização das crianças avança contra o trabalho infantil (PERALVA, 1997).

Outra esfera de mudanças importantes que sustenta o novo sentimento de infância é o progressivo estabelecimento da racionalidade administrativa do Estado moderno, que vai inserindo gradativamente a criança no âmbito das terapêuticas sociais, como é o caso da vacinação contra a varíola, que reduz notadamente a mortalidade infantil, ou da imposição da mamada no seio materno como prática adequada de alimentação e imunização do bebê (MACHADO PAIS, 1990).

A compreensão desta história não pode ser mecanicista nem evolucionista. Ariès (1978) sabia, por exemplo, que o vocábulo juventude era utilizado na idade média entre os eruditos. Nessa linha, uma análise mais recente considera a juventude “um *topos* vindo dos confins do saber antigo” (PASTOREAU, 2005, p. 245), representada, porém, de formas diversas no mundo medieval: “divide-se diferentemente a vida conforme se esteja no mosteiro, no castelo, na universidade, nos palácios de justiça ou nas feiras e nos mercados” (*ibidem*, p.246).

Ainda segundo Pastoreau (2005), dois sistemas em particular se opunham: o primeiro, que pertencia mais a cultura profana, estabelece correspondências entre as quatro estações e os quatro elementos. “A infância é a primavera, a juventude é o verão; a “idade média” o outono; e a velhice, o inverno” (*idem*). O segundo provém da cultura erudita e clerical e é contaminado pela simbologia dos números, dividindo geralmente a vida em sete períodos: *infantia, puerita, adulescentia, juvenus, virilitas, senactus e senies*. A correspondência pretendida, nesse caso, era com o número dos planetas, dos metais, das cores, dos dias da semana, das idades do mundo ou os dons do Espírito Santo. Infância e juventude são, portanto, categorias muito antigas.

Contudo, a demarcação da emergência de uma *nova juventude* no bojo da ampliação da escolarização e da reorganização da família, defendida por Ariès (1978), parece pouco refutável. Sua análise também sugere que a juventude é uma condição variável de acordo com o contexto social e restrita a certos grupos ou classes que podem manter seus filhos fora da esfera produtiva, assertiva quase axiomática para a pesquisa sociológica contemporânea. Além disso, suas teses “confirmam” pressupostos da sociologia clássica da juventude, que, como veremos, a considera como um problema específico nas sociedades modernas, ligado, sobretudo, à distância e descontinuidade entre infância e maturidade.

Pode-se ampliar o alcance crítico das teses de Ariès (1978) retomando a questão da expansão da governamentalidade nas sociedades modernas, a partir dos dispositivos descritos por Foucault. Família e escola são, tanto em sua organização quanto em suas consequências, instituições disciplinares: sua organização isola a infância, individualizando cada criança

como portadora de valor e características únicas; na família e na escola, cada criança torna-se alvo de um conjunto de medidas que visa seu pleno desenvolvimento em direção ao adulto que deverá se tornar; em contrapartida, a infância é subjetivada como fase exclusivamente circunscrita à proteção familiar e à escolarização. A “descoberta” da infância como fase singular do desenvolvimento humano é, por esta razão, histórica e epistemologicamente indissociável dos processos de agenciamento e sujeição de indivíduos operados pela escolarização e pela reorganização da família na sociedade moderna.

O raciocínio que gostaríamos de propor então é o seguinte: a divisão etária, como lembra Bourdieu (1983), é um ato político. As modernas *fases de vida*, como infância, adolescência, juventude, velhice, não representam unidades estanques ligadas ao fenômeno biológico do envelhecimento, trazidas à consciência pela razão e pelos métodos da ciência moderna. São, antes disso, *dispositivos políticos* através dos quais se produz e se conduz subjetividades. As fases de vida não se referem apenas à sua funcionalidade para a sociedade, mas demonstram como a divisão etária compõe, em contextos específicos, uma estratégia para o exercício do poder¹¹.

Assim como a sexualidade, a individualidade e a população, a idade em nossas sociedades é submetida a mecanismos governamentais. Sob o rótulo *fases de vida*, o poder desarticula, esquadrinha e recompõem os corpos, normalizando-os a partir de suas idades.

No movimento de oposição criança-adulto, a partir do qual a infância vai se tornando uma experiência governável, situa-se a emergência da noção moderna de juventude, fase da vida compreendida e subjetivada como processo de amadurecimento ou desenvolvimento que leva o indivíduo da infância à maturidade. A juventude torna-se, para a racionalidade moderna, uma *fase de transição*, marcada, sobretudo, pela negatividade – “o que não se é mais e ainda não se chegou a ser” (SALEM, 1986, s/p) e pela indeterminação – “este estado incerto que vem da imbricação e também da distância entre o universo infantil e o universo adulto” (MORIN, 1986, p.138).

Não é nossa meta aqui estabelecer um conceito fixo para a compreensão da juventude em sua natureza ou em sua ontologia. Ela é o que é, ou melhor, ela é o que é feito a partir do momento em que se destaca a singularidade dos jovens. O que é feito depende, por sua vez, da maneira como esta singularidade é destacada, ou seja, depende dos mecanismos políticos de produção da verdade aos quais a subjetivação da juventude está submetida. A

¹¹ Este raciocínio, embora aqui construído dentro dos marcos teóricos do pensamento foucaultiano, já foi mencionado por José Machado Pais que nos diz o seguinte: “Determinadas fases de vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases são socialmente vistas como “geradoras” de problemas sociais.” (MACHADO PAIS, 1990, p.146-147).

racionalidade desenvolvida pelas sociedades modernas vai se preocupar, como veremos, com as dificuldades postas para a transição dos jovens para a vida adulta¹².

Vamos reconstituir parte do dispositivo moderno de juventude a partir da sua inserção nos discursos científicos, com destaque para a psicologia e a sociologia.

1.3 A juventude no discurso científico

Mesmo que algumas interpretações contemporâneas estejam questionando o caráter transitório da juventude (MELLUCCI, 2001), a noção de transitoriedade esteve sempre muito presente nos discursos das ciências que, desde sua formação, se interessaram pela juventude, como é o caso da psicologia e da sociologia.

Neste aspecto, cabe ressaltar que “não apenas através da criação das escolas, mas [...] principalmente através da atuação das ciências modernas é possível visualizar o processo de atribuição da ‘perversão’ – real ou possível – da juventude” (GROPPO, 2000, p.58).

O pedagogo alemão Andreas Flitner (1968) situa no século XVIII a emergência da juventude como problema de investigação filosófica e científica. Naquele contexto, era o *problema do homem*, de sua essência e das formas que ela pode assumir que se colocava e era disputado pelas correntes de pensamento em vigência. O excerto a seguir, destacado de Flitner, identifica estas correntes e dá uma ideia das condições epistêmicas nas quais a juventude passou a tornar-se um problema para a reflexão teórica e para a pesquisa empírica.

Esse interesse pela essência, a posição e as maneiras de ser do homem estendeu-se gradativamente à infância e à juventude. Com isso, entraram em conflito diversas correntes do espírito da época, cujo conjunto, entretanto, veio fortificar a nova sede de conhecimentos, sem que seus antagonismos intrínsecos se tivessem diluído. A epistemologia empírica, na forma especial da Filosofia sensualista inglesa, multiplamente afirmada nos sucessos das Ciências Físicas e Naturais isentas de metafísica, também se voltou para os fenômenos psíquicos, encontrando um campo infinito na observação e descrição das experiências psíquicas. Dá-se o nome de “empíricos” a grande parte das inúmeras obras e compêndios da Psicologia e da Antropologia no final do século. O pietismo, em sua doutrina da alma, não se satisfizera com as impressões dos sentidos e com as observações exteriores, dirigindo sua atenção para as experiências da alma [...] A Antropologia racionalista, finalmente, não pôde aceitar as experiências sensuais nem espirituais como

¹² É importante frisar que esta análise não se aplica a todos os contextos sócio-culturais que deram destaque a juventude; não obstante a juventude ser sempre passageira do ponto de vista biológico, na Grécia Antiga, por exemplo, o imaginário sobre a juventude articulado à noção de Paidéia designava aos jovens papéis e funções específicas (a caça, os esportes, a guerra) que visavam não apenas a educação do futuro membro adulto da polis. Antes, a preservação e desenvolvimento da própria polis dependia das virtudes e habilidades juvenis. Sobre o tema, ver Alain Schnapp, A imagem dos jovens na cidade grega in Levi e Schmitt (Orgs.), *História dos Jovens*, vol. 1, Cia das Letras, 1996.

decisivas, estabelecendo a autonomia da razão como elemento propriamente humano e observando em especial seu desenvolvimento (FLITNER, 1968, p.38).

A progressiva inserção da juventude como problemática investigativa segue programas diversos, como o das psicologias experimentais, o da pedagogia filantrópica, o da criminologia que desde o século XVIII vai se interessar pelas condições de vida de jovens e crianças e sua relação com o fenômeno social da criminalidade (FLITNER, 1968). A sociologia da juventude vai se consolidar já no século XX, herdando esta capacidade de destacar a juventude a partir de critérios e recortes diferentes e mesmo conflitantes.

Um dos marcos na constituição da “ciência” da juventude é a obra de Rousseau (1973), *Emílio*, na qual o autor procura estabelecer as bases para uma pesquisa infanto-juvenil livre, considerando a importância de todas as fases etárias e o caráter particular da juventude como “segundo nascimento” do indivíduo (FLITNER, 1968). Em Rousseau, encontram-se as bases do que viria a ser a psicologia da adolescência e juventude.

A psicologia se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX como campo demarcado, sobretudo, pelos critérios das Ciências Naturais, atribuindo-se a tarefa de desvendar as leis da natureza que regiam o corpo, a mente e a vida coletiva (GONZALES e GUARRESCHI, 2008). A partir desses pressupostos,

(...) a Psicologia duplica conceitos empíricos para legitimar seus próprios conceitos em uma função transcendental, instituindo bases fundamentais para a compreensão da natureza humana e do desenrolar evolutivo das idades – da infância à idade adulta -, gerando saberes e práticas em torno desse homem-indivíduo (GONZALES e GUARRESCHI, 2008 p.472).

Com esta filiação epistemológica, a psicologia incorporou a juventude a partir de premissas vindas da biologia evolutiva, notadamente a de que há um progressivo desenvolvimento do indivíduo humano, que começa desde o nascimento e atinge seu apogeu, o estado de maturidade, quando o indivíduo atinge a fase adulta (GONZALES e GUARRESCHI, 2008). O momento da juventude, por ser transitório, é marcado pela instabilidade física e psíquica, enquanto a fase adulta se caracteriza pela maturidade e estabilidade.

O corte que a psicologia impõe à realidade com essa conceptualização é um corte temporal, que além de descrever o desenvolvimento teleológico do indivíduo, permite enquadrar os sujeitos em etapas psicológicas e cognitivas correspondentes às suas idades, prescrevendo para cada etapa os padrões de normalidade e as práticas terapêuticas adequadas (GONZALES e GUARRESCHI, 2008). Opera-se, de forma paradoxal, na ótica da descoberta

de uma suposta “natureza humana”, enquanto se cristaliza, na própria prática psicológica, a “naturalidade” das fases de vida.

A psicologia estabeleceu um recorte mais preciso às fases do desenvolvimento, dando centralidade à *adolescência*, processo físico e psicológico de maturação do aparelho reprodutivo, entendida como momento crítico do desenvolvimento do indivíduo. Esta noção de crise da adolescência retomou a ideologia da juventude como momento de transformação radical do indivíduo, como “segundo nascimento”, que tinha sido sugerida por Rousseau (1973) e socialmente estabelecida no século XIX, ganhando, contudo, novos contornos no século XX¹³.

A crise da adolescência também foi objeto da psicanálise. Para não adentrar muito nas questões que fundamentam a prática psicanalítica, será abordada apenas a discussão feita por Freud (1976), fundador dessa área de pensamento, sobre a adolescência.

As análises de Freud têm como base sempre o campo da sexualidade, o que não foi diferente no que diz respeito às suas observações sobre a adolescência. Ele considerava que o momento da adolescência, com o crescimento no corpo humano das genitálias, se define pelo desenvolvimento de uma nova finalidade sexual, contrastante com o polimorfismo da sexualidade infantil. A maturação dos órgãos genitais, segundo Freud (1976), constitui um complicado aparato que espera sua utilização.

Este período de espera, que é regulado pelas normas sociais e valores da cultura, produz efeitos perturbadores sobre o psiquismo, sendo um momento de crise do indivíduo.

A “crise da adolescência” é compreendida, na psicanálise, como um retorno da crise edípica em proporções aumentadas; no adolescente os desejos incestuosos se tornam mais ameaçadores em função da maturidade hormonal/genital, e a rivalidade edípica com o genitor do mesmo sexo se intensifica, aliada às moções de liberdade próprias da ambiguidade (não mais criança/ainda não adulto) desse período (KHEL, 2004, p. 94).

É importante destacar que esta crise da juventude ou adolescência, do ponto de vista da psicologia, é fonte, claro, de anormalidade e conflito. Porém, é uma crise funcional, do ponto de vista do desenvolvimento individual.

A adolescência é um período de desorganização temporária, em que o distanciamento dos pais, as rebeldias e os comportamentos estranhos são meios que

¹³ Em sua obra *Adolescence*, G. Stanley Hall (um dos primeiros nomes da psicologia norte-americana), considerou a adolescência como momento de agitação e tensão que se origina de manifestações instintivas do organismo. Sobre a obra de Hall, ver *A significação social da obra de G. S. Hall*. GRINDER e STRICKLAND in *Sociologia da Juventude*, Org. Sulamita de Britto, vol.1, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

o adolescente emprega para evoluir a um padrão de relacionamento mais adulto (CERQUEIRA, 1984, p. 24-25).

A psicologização da juventude (sob o rótulo adolescência) marca a busca por uma definição exaustiva, detalhada e objetiva das fases de maturação individual, propondo métodos de acompanhamento e terapêuticas apropriadas para cada fase do processo. A juventude, nessa apreensão, aparece sempre como apta às desordens e explosões de energia transformadora (GROPPO, 2000, p.60). Nos termos propostos neste estudo, podemos afirmar que a psicologia normaliza através da demarcação e naturalização das fases do desenvolvimento individual.

A tematização sociológica da juventude tem um desenvolvimento próprio. Embora a premissa da psicologia das fases universais do desenvolvimento humano tenha sido adotada por algumas vertentes do pensamento e da pesquisa sociológica, por outro lado, desde muito cedo se reconheceu, no âmbito das ciências sociais, que a adolescência não se refere a uma fase de vida que tenha necessariamente de emergir, em todas as sociedades, entre a infância e a vida adulta (REUTER, 1937¹⁴, apud MACHADO PAIS, 1990, p.146), ou que a adolescência se reportava a uma fase de vida com limites cronológicos flutuantes, variando a sua duração de cultura para cultura (MEAD, 1935¹⁵, apud MACHADO PAIS, 1990, p.146)

Há que se considerar ainda que a sociologia muitas vezes serviu como caixa de ressonância dos discursos dominantes sobre a juventude, como os discursos dos meios de comunicação de massa, da publicidade, dos partidos políticos, das agendas governamentais (MACHADO PAIS, 1990). O campo sociológico da juventude oscilou, ele próprio, entre correntes e tendências, ora enfatizando determinados sujeitos e temáticas, ora outros, num processo de significação indissociável de fatores histórico-políticos.

Cabe destacar que para a sociologia,

[...] a juventude só se torna objeto de atenção enquanto apresenta uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz alguma transformação na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural (ABRAMO, 1997, p. 29).

Longe de esgotar toda a diversidade do campo sociológico da juventude, serão apresentadas algumas correntes teóricas que definiram a “natureza” própria da juventude nas

¹⁴ REUTER, E. B. The Sociology of Adolescence, in *American Journal of Sociology*, vol. 43, 1937, pp. 414-427

¹⁵ MEAD, M. *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, Routledge e Kegan Paul, 1935

sociedades modernas a partir de duas problemáticas: *a integração dos jovens na sociedade* e *a juventude como mudança social*. Intenciona-se demonstrar como, ao propor uma descontinuidade entre a juventude e à sociedade mais ampla, a própria sociologia atua como mecanismo de governo pela normalização.

A problemática da integração dos jovens à sociedade foi elaborada principalmente pelo funcionalismo sociológico, com destaque para os estudos realizados desde a segunda década do século XX nos Estados Unidos pela Escola de Chicago. Em sua multiplicidade, estes estudos interessaram-se pelos comportamentos tipicamente juvenis utilizando a noção de *socialização*, entendida como *adaptação* dos indivíduos à sociedade, como grade de inteligibilidade para a interpretação destes comportamentos. Na realidade, o pressuposto funcionalista era o de que “a normalidade da condição juvenil é uma socialização integradora à estrutura social com baixo nível de conflito” (GROPPO, 2009, p.38).

No contexto no qual se constituíram os primeiros estudos da Escola de Chicago, de acordo com revisão de Groppo (2009), estava posta a tentativa de criação de um projeto nacional capaz de integrar a população imigrante “quantitativamente considerável e qualitativamente diversa” (*ibidem*, p.39) que ocupava grandes porções das maiores cidades norte-americanas nos anos da Depressão (a partir de 1929).

A noção que norteou a maioria dos estudos deste período (anos 1930-1950) é a de que estes jovens, pertencentes às famílias das “classes baixas”, não conseguiam integrar-se socialmente pelas vias estabelecidas, incorporando em seu cotidiano a prática da delinquência, configurando mesmo uma *subcultura juvenil de delinquência*, como na formulação de Cohen (1968)¹⁶.

Em décadas mais recentes, a sociologia funcionalista ampliou suas análises e interessou-se, por um lado, pelo fenômeno dos comportamentos específicos dos grupos de pares, desenvolvidos, sobretudo, nas escolas, por jovens e adolescentes “normais”, das camadas socialmente integradas (EISENTADT, 1976), e por outro, pelas revoltas e contraculturas juvenis (MATZA, 1968).

Destaca-se dois textos desta sociologia funcionalista “tardia” que sistematizam alguns dos pressupostos mais gerais desta corrente teórica.

¹⁶ Nos anos de 1950 estabeleceu-se nos Estados Unidos uma visão que associava a juventude à ideia de delinquência, quase que se caracterizando esta como a principal característica daquela. Os atos de delinquência juvenil nessa época ganham relevância pública na medida em que extrapolam os “limites dos setores socialmente anômalos [...] e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média” (ABRAMO, 1997, p.30).

Na obra *De geração a geração*, de Eisenstadt (1976), encontra-se uma importante formulação teórica sobre a integração das novas gerações nas sociedades humanas e a natureza das dificuldades específicas que esta integração encontra nas sociedades modernas. O autor considera, em síntese, que a integração do indivíduo à sociedade humana é garantida em todas as sociedades pelas relações etárias; nas sociedades primitivas, é garantida, sobretudo às “relações etariamente heterogêneas”, nas quais crianças e jovens, assim como os adultos, assumem papéis específicos e institucionalizados na vida social. Esses papéis, por sua vez, estão subordinados às atividades do grupo familiar e aos laços de parentesco, que são os critérios básicos da organização social e política das sociedades primitivas.

As relações de parentesco, assim como as relações familiares, organizam-se na distribuição de papéis etariamente heterogênea. Por meio dos vários mecanismos da equivalência entre irmãos, os padrões de autoridade e respeito que existem no núcleo familiar estendem-se às relações entre as diversas gerações de parentes. Desta maneira, o equilíbrio entre a gratificação instrumental e expressiva estende-se a uma esfera maior de atividades e as relações de parentesco e os grupos de descendentes servem também como extensões da família no cumprimento de suas funções: a integração da personalidade e a manutenção do sistema social (EISENSTADT, 1976, p.21).

O que facilita a socialização ou integração dos jovens nas sociedades primitivas é, portanto, o fato de os critérios do parentesco e da família se estenderem à vida pública ou à “sociedade total” e os jovens, ao assumirem papéis relativos ao grupo familiar, tornam-se socialmente integrados.

Esta facilidade não pode ser encontrada, argumenta Eisenstadt (1976), em sociedades guiadas por critérios universalistas, para os quais os valores particularistas do grupo familiar não servem de referência. É o caso das sociedades modernas. Além disso, os papéis que os indivíduos têm de desempenhar na infância e juventude modernas não cumprem nenhuma função social imediata; são, antes, parte de uma longa aprendizagem para papéis futuros, que o indivíduo virá a desempenhar na vida adulta. Em comparação com as sociedades primitivas, há um distanciamento muito maior entre o jovem moderno e a sociedade na qual ele deve integrar-se; nesse sentido, surgem os grupos etários, nos quais os próprios jovens estabelecem entre si vínculos e laços que lhes permitem satisfazer desejos de expressividade e formar sua identidade pessoal. São relações “etariamente homogêneas” - ao contrário, portanto, do que ocorre nas sociedades primitivas - que determinam parte importante da formação da personalidade juvenil.

Sobre os critérios particularistas desenvolvidos no âmbito da família, Eisenstadt (1976) diz que:

[...] na medida em que esses critérios (os desenvolvidos pelo grupo familiar) não são os critérios últimos que regem os diversos papéis e relações institucionalizados e não são os mais importantes do sistema de valores da sociedade, deverá ocorrer um “ponto de ruptura” na facilidade da transferência da identidade e da solidariedade que se baseiam em relações etariamente heterogêneas. Nestes casos [...] surge uma tendência no sentido de relações etariamente homogêneas e agrupamentos voltados para a transferência de identificação e extensão da solidariedade desde um conjunto até o outro, sendo este diferente por ser estruturado segundo critérios diferentes (EISENTADT, 1976, p. 22).

O isolamento da família em relação às demais instituições que regem a vida coletiva, a divisão do trabalho e especialização econômica que requerem um grande tempo dedicado à formação dos jovens, verificado pela progressiva expansão da escolarização, faz com que a transição para a sociedade adulta se torne, assim, “muito mais dificultosa do que em outras sociedades” (*ibidem*, p.146). Os grupos culturais juvenis emergem nas sociedades modernas com a finalidade de suprir as lacunas emocionais e psicológicas deixadas por essa longa espera para integrar-se, servindo como ponto de encontro entre o sistema de personalidade de seus membros e o sistema social.

Há, portanto, uma funcionalidade para os grupos juvenis nas sociedades modernas. Isto não significa, no entanto, que eles sejam capazes de realizar plenamente a integração social dos indivíduos. Eles concorrem, na realidade, com os canais de socialização oficiais, podendo levar a caminhos diversos, integrativos ou não.

Nas sociedades modernas, o surgimento dos grupos etários [...] deve-se à inadequação do canal mais oficialista – a escola – do ponto de vista das necessidades do adolescente. Porém, precisamente por esta razão, os próprios grupos etários nunca são totalmente adequados na sua qualidade de esfera de interligação e não podem cumprir funções plenamente integrativas (*ibidem*, p.272).

Nas sociedades modernas não se pode garantir a continuidade do sistema social em sua totalidade. Em maior ou menor grau, os grupos juvenis são, na realidade, foco de potencial anormatividade e transformação. A ausência de rígidas prescrições de papéis deixa os jovens desenvolverem mais autonomamente sua personalidade de acordo com escolhas mais ou menos livres. Esta ausência “torna os grupos juvenis um dos mais importantes canais, mediante os quais ocorrem as inúmeras transformações das sociedades modernas” (*ibidem*, p.305).

Outro texto estudado é o artigo de David Matza originalmente publicado em 1961 nos EUA, intitulado *As Tradições Ocultas da Juventude* (MATZA, 1968). Neste artigo, o autor faz uma análise bastante interessante sobre a suposta maior vulnerabilidade dos jovens, em

comparação a crianças e adultos, às três formas gerais de “marginalização” presentes na sociedade moderna, ancoradas, por sua vez, em tradições populares de revolta contra os valores da sociedade burguesa: a *delinquência*, o *radicalismo* e a *boêmia*. Cada uma dessas formas de revolta teria uma tradição, portanto, uma historicidade própria que teria de ser considerada, segundo o autor, para preveni-las e melhor lidar com suas consequências.

Assim, Matza (1968) apresenta a delinquência como forma mais tosca da marginalização juvenil e está ligada à busca por excitação e ao culto a proeza típica dos primeiros anos da juventude. Contudo, o grau de educação é mais decisivo para a delinquência do que a idade. Sua transmissão se dá pela oralidade, não sendo escrita ou prescrita como um estilo capaz de modificar as bases da vida em sociedade. Sua essência antiburguesa se substancia na vitimização, consequência direta de suas ações.

O radicalismo, desenvolvido, sobretudo, entre os meios universitários e sob influência do marxismo político, é uma oposição ideológica baseada em uma visão apocalíptica do mundo adulto burguês; os jovens estudantes radicais valorizam o suposto poder criador do povo e agem, muitas vezes, de forma evangelizadora na busca de adeptos. Buscam reformar a sociedade por vias políticas “não convencionais” e desenvolvem laços sociais e atividades informais comprometidas com sua visão ideológica.

A boêmia é um movimento artístico e cultural de rejeição dos valores e práticas usuais da sociedade moderna. No lugar destes, os boêmios fazem “voto pobreza”, procuram viver com o mínimo de relações comerciais e tentam ter uma relação mais espontânea e próxima de um homem “primitivo”. Fecham-se em guetos culturais e em torno de estilos artísticos “não convencionais” e muitos vivem de seu trabalho artístico; recusam-se a estabelecer relações formais de trabalho, procurando um estilo de vida mais livre de outras obrigações que não com seu desenvolvimento pessoal. Não buscam reformar a sociedade, se tornando mais intimistas e solitários.

Todas estas revoltas que atraem, sobretudo, os indivíduos jovens são, obviamente, um problema para a continuidade social. Mas, para Matza (1968), as revoltas juvenis são mais que isso. As tradições antiburguesas, embora dificultem a integração, são importantes mecanismos socializadores porque estabelecem conexões entre a historicidade local dos indivíduos e o sistema social mais amplo. Reconhecendo que “ninguém, em sociedade alguma, é completamente socializado ou corresponde integralmente às expectativas da sociedade” (MATZA, 1968, p.86), Matza diz que “o indivíduo marginal está ligado à sociedade por um mínimo de fatores representados pelos companheiros marginais e tradições locais” (*ibidem*, p.85). Falar de tradições ocultas da juventude, continua Matza

[...] é o mesmo que ampliar a noção de uma vinculação ao sistema social mais amplo; é ainda o mesmo que estabelecer conexões entre as tradições marginais locais e as tradições globais da sociedade convencional. A denominação oculta implica a existência de uma dialética constante entre as tradições convencionais e as tradições marginais, e que no processo de permutação ambas sejam modificadas (MATZA, 1968, p. 85).

O ceticismo do autor em relação à capacidade de uma socialização total é fortalecido pelo modo como considerou a outra face do problema em questão, a saber, o papel dos adultos nos processos socializadores. Matza (1968) sugere que as rebeldias juvenis possuem uma ambivalência no que diz respeito à tolerância da sociedade adulta, que vai desde a contemplação simpatizante à desaprovação radical; de qualquer modo, a maioria assiste “em passiva contemplação” (*idem*) as rebeldias juvenis, variando o grau de reprovação de acordo com a modalidade da rebeldia e de acordo com os adultos em questão.

Há um quê de funcional nas rebeldias juvenis para este autor: de um lado, a condição juvenil é potencialmente inclinada à rebelião; em segundo lugar, as tradições antiburguesas estão dialeticamente inseridas nas sociedades burguesas. Não se trata, portanto, de reprimir impetuosamente as rebeldias juvenis, tampouco de considerá-las no âmbito dos desvios psicológicos individuais. Além do mais, Matza (1968) argumenta que é apenas uma pequena parte da população que adota as formas mais extremas das rebeldias juvenis, permanecendo a maioria dos jovens nos limites da normalidade.

O autor conclui seu texto com uma reflexão sobre as possibilidades de recuperação dos indivíduos que adotam as formas extremas das rebeldias juvenis. O movimento dialético entre os meios convencionais de socialização e as tradições ocultas faz com que a maioria dos jovens sigam versões amenizadas ou convencionais da rebeldia juvenil, que tem importância para o desenvolvimento de sua personalidade, mas que são abandonadas com a maturidade. Seria possível recuperar jovens que se marginalizam através de versões *fac-similes* destas culturas juvenis convencionais, que não trazem maiores consequências para a continuidade do sistema social (MATZA, 1968).

Do ponto de vista da compreensão sociológica, podemos dizer que ambos os textos contribuíram ao atribuir uma *racionalidade específica* às condutas juvenis anômalas. Embora estas condutas sejam sempre *irracionais* no sentido de não levarem à integração à sociedade, elas possuem uma racionalidade, uma razão de ser na sociedade moderna: no caso de Eisenstadt (1976), os grupos juvenis se constituem para compensar a ineficiência dos canais oficiais (como a família e a escola) em fazer a ligação entre o indivíduo e a sociedade total,

ainda que tendam a impor, paradoxalmente, descontinuidades no sistema social; no caso de Matza (1968), as tradições ocultas servem como vínculo integrativo entre a historicidade local dos jovens e a sociedade global. Embora sempre conflituosa, a tendência natural dos jovens à rebeldia pode ser racionalmente orientada, através da apresentação de versões alternativas da rebeldia juvenil, que não levem a desintegração social de fato.

Para ambos os autores, as causas dos desvios não podem ser, portanto, reportadas apenas aos aspectos fisiológicos e psicológicos da adolescência ou da fase da juventude. Estes aspectos, de fato, ainda são importantes; porém, a própria sociedade moderna contribui para a anormalidade e para a rebeldia juvenil, na medida em que separa radicalmente os jovens de qualquer papel ou função social. O alargamento do tempo de formação do indivíduo, característico das sociedades modernas, abre muitas possibilidades de escolhas e muitos jovens correm o risco de não querer enquadrar-se nos moldes convencionais da vida em sociedade. Abre-se também a possibilidade dos valores desenvolvidos entre os grupos e culturas juvenis serem mais atrativos que os valores da sociedade adulta.

O que se pretende demonstrar com esta análise focada em textos funcionalistas de meados do século XX é como a juventude foi inserida, também na prática dos sociólogos que é a própria teoria sociológica, nas relações de poder e de governamentalidade modernas.

A questão que mais salta aos olhos quando lemos o material proposto é que, a partir da normalidade atribuída a determinados comportamentos, a sociologia se interroga sobre as causas e consequências das condutas desviantes. A juventude estabelecida como *norma* nas análises funcionalistas é a dos indivíduos que superam, sem grandes resistências, os valores e comportamentos tipicamente juvenis e integram-se ao mundo adulto, dando continuidade ao sistema social conhecido. Dito de outro modo, a normalidade da condição juvenil é ser superada no tempo cronológico-social adequado.

O ato de normalizar indivíduos e comportamentos constitui por si, como já discutido, uma estratégia política. Mas há outro efeito político destas análises sociológicas que deve ser destacado. As expressões tidas como juvenis, tanto as que se dão em torno de ideais e organizações políticas, quanto às manifestações culturais, intelectuais ou afetivas associadas aos jovens, tendem a ser aprisionadas, na racionalidade funcionalista de algumas análises sociológicas, enquanto *típicas da fase de vida*, ou enquanto *inerentes ao grupo etário*, não sendo consideradas como visões válidas fora da juventude. As práticas culturais e as demandas declaradas por organizações ou movimentos juvenis tendem a ser, e isso está muito presente na vida contemporânea, interpretadas como típicas de uma *cultura* ou como

expressão de uma *ideologia juvenil* (SALEM, 1986) que, mais cedo para alguns e mais tarde para outros, acaba por dar lugar ao pragmatismo e à responsabilidade dos adultos.

Tem-se que considerar, ainda, nesse interim, que os próprios jovens possam adotar uma visão idealizada sobre si mesmos e sobre seu “papel social”. Eisenstadt (1976) demonstra ter consciência desse fato, embora em seu pensamento o papel da própria sociologia no que diz respeito à ideologização da juventude certamente não estivesse presente.

Na maioria dos movimentos juvenis e agências modernas, verifica-se um certo grau de “idealização” romântica da juventude, da crença em sua atitude e espírito mais idealista. Esta idealização constitui um dos elementos básicos da ideologia juvenil moderna em toda parte e enfatiza a distinção e a relativa descontinuidade entre a juventude e a idade adulta (EISENSTADT, 1976, p.273).

A segunda problemática sociológica a ser analisada é a da juventude como mudança social. Para melhor compreendê-la, recorreu-se ao pensamento de Karl Mannheim, pensador cujo conjunto de ensaios e conferências por ele proferidas na década de 1940, publicados com o título *Diagnósticos de nosso tempo* (MANNHEIM, 1967), apresenta-nos o ensaio *O problema da juventude na sociedade moderna*¹⁷. Neste ensaio, Mannheim discute o problema da integração social dos jovens de forma um pouco diversa da sociologia norte-americana. Preocupado com o futuro das sociedades envolvidas na Segunda Guerra mundial, comprimidas entre o *laissez-faire* do liberalismo e o totalitarismo dos países do eixo, o sociólogo tentou explicar as possibilidades da mudança social em direção a uma democracia planejada.

Ao propor a questão “o que podemos esperar da juventude?” Mannheim (1967) responde que toda sociedade possui recursos latentes para a mudança social que afloram nos momentos de crise; a juventude é parte destes recursos. A juventude só terá significação social se os indivíduos forem, na linguagem do autor (que nesse aspecto se aproxima dos funcionalistas), integrados em alguma função social. Nas sociedades dinâmicas, como é o caso das sociedades ocidentais contemporâneas a Mannheim, a juventude é recrutada e inserida na composição da tessitura social, seja no caso das sociedades autoritárias

¹⁷ A temática da juventude como mudança social foi elaborada e difundida em vários momentos e contextos sociais da história moderna. O fascismo italiano, por exemplo, apoiou-se amplamente na ideia do potencial transformador implícito aos jovens, sendo o qualificativo juventude adotado, em determinado momento, para designar o espírito progressista do próprio movimento fascista. Além disso, o Estado fascista procurou desenvolver um espaço institucional para os jovens nas hierarquias de comando, ainda que na realidade este tenha sido insuficiente para impedir a burocratização do acesso dos jovens às instâncias decisórias. Sobre o tema, ver: *A juventude, metáfora de mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os EUA da década de 1950*. Luisa Passerini in Giovanni e Schmitt (orgs.) *História dos Jovens*, vol II, São Paulo, Cia das Letras, 1996.

conservadoras ou nas democracias liberais. O recrutamento da juventude não é sinônimo necessário de uma mudança progressista da sociedade.

Quando eu era jovem, a crença corrente era a de que a juventude é progressista por natureza. Desde então isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude (MANNHEIM, 1967, p.27).

O fato sociológico fundamental da juventude na sociedade moderna é seu caráter de “quarentena social”, de tempo de preparação e experimentação dos indivíduos fora do âmbito da sociedade adulta. Segundo Mannheim, na linguagem da sociologia “ser jovem significa, sobretudo, ser um ser marginal” (*ibidem*, p.75-76). Os indivíduos ficam numa espécie de quarentena na qual formam sua primeira consciência e intelecto. Passado a infância, estes indivíduos começam a ter acesso à vida fora das instituições educativas e entrar na vida pública dos adultos. Nesse momento, as normas ensinadas na família e na escola entram em conflito com as predominantes na vida pública, o que abre a possibilidade para sensibilização dos jovens para com movimentos sociais e propostas de mudanças (MANNHEIM, 1967).

Como dissemos, essa é uma disposição mental e social latente para a sociedade moderna e dependerá de sua utilização funcional a mudança social. O problema na prática é que, se a integração social dos jovens é dificultada pela inexistência de mecanismos racionais e democráticos de regulação dessa integração, os novos adultos tenderão a dar continuidade à sociedade do presente. Se essa integração é, por outro lado, incentivada e orientada no sentido do novo, há a possibilidade da transformação social. As sociedades ocidentais de meados do século XX tinham, segundo Mannheim (1967), de resolver a questão da integração das novas gerações no sentido de uma vida democrática, caso quisessem superar a crise global na qual se encontravam.

A abordagem elaborada pelo autor, situada numa análise bem mais ampla dos caminhos e descaminhos históricos e políticos do período das Grandes Guerras, colocou, de maneira bastante contundente, a importância dos próprios jovens como protagonistas da construção de uma nova sociedade, superando, nesse aspecto, o ceticismo das análises funcionalistas.

As análises de Mannheim (1967) tiveram dois impactos na teoria sociológica. Muitos pensadores, em geral aqueles ligados aos setores políticos mais progressistas, tomaram as lições de Mannheim para analisar a juventude relacionada às possibilidades de mudança e desenvolvimento social, tais como Foracchi (1972) e Ianni (1968). Este último, por exemplo,

entendeu a crescente participação política da juventude como essencial no processo de modernização das sociedades capitalistas em desenvolvimento. A juventude aparece para este autor como “naturalmente” condicionada ao comportamento revolucionário nestas sociedades, pois consegue tomar consciência das contradições inerentes ao próprio sistema e projeta formas sociais que negam o presente. Esta visibilidade sociológica foi importante, na medida em que dava uma explicação racional e ao mesmo tempo complacente com as múltiplas revoltas e manifestações juvenis que eclodiram, principalmente nos ditos países desenvolvidos, notadamente nas décadas de 1960 e 1970.

Por outro lado, outros pensadores, como Furter (1967) e Goodman (1971), ao adotarem as ideias de Mannheim (1967), acabaram por exacerbar a distância entre jovens e adultos, clamando por mecanismos institucionais que garantissem um espaço próprio para a experiência e participação juvenil e, ao mesmo tempo, canalizassem seu potencial transformador.

Uma sociedade que pretende apenas adaptar os adolescentes à sociedade adulta é, de fato, uma sociedade que recusa um lugar real e construtivo à adolescência. Esse lugar existe somente em uma sociedade que aceite o risco de colocar à parte seus adolescentes durante um período suficientemente longo em que eles poderão fazer suas experiências, que modificarão, em seguida, a estrutura social. É preciso que os adolescentes tenham o sentimento e a certeza de que são considerados como sujeitos responsáveis da sociedade (FURTER, 1967, p.229).

Esta ênfase na moratória social acaba retomando algumas premissas do funcionalismo, na medida em que considera que a juventude, como momento de formação moral, técnica e intelectual, deve ter um lugar próprio na sociedade para realizar-se enquanto tal; um lugar rigorosamente distinto das outras idades de vida. Assim, superestima-se o cerceamento e separação social da juventude, retomando-se a tematização da juventude fundamentalmente como fase de transição, o que teve um efeito negativo para a interpretação das mobilizações juvenis, anteriormente valorizadas.

É que neste modelo, ao mesmo tempo em que se concediam proteção e condições especiais condizentes com as dificuldades e características supostamente inerentes aos indivíduos neste momento de suas vidas, tornava-se a juventude um momento de separação, de exclusão da participação plena na vida social e na cidadania. Nesse sentido, procurava-se explicar e “adestrar” o radicalismo e a boemia (GROPPO, 2009, p.43).

As duas problemáticas sociológicas apresentadas não são, na verdade, excludentes. De fato, nas análises funcionalistas sobre a integração dos jovens, refletiu-se sobre como os limites postos para a integração de determinados jovens apresentam problemas para a

continuidade social. Do mesmo modo, nas análises de Mannheim (1967), encontra-se o pressuposto da integração e de sua importância como canal de transformação das sociedades modernas. Pode-se dizer, talvez, que a análise desse autor, na medida em que não se interessou especificamente pelas *condutas desviantes* e considerou os jovens como peças fundamentais para uma mudança que era, em sua opinião, mais que necessária, deu um passo considerável em direção à racionalidade biopolítica. Em sua democracia planejada, a população de jovens deveria ser integrada via mecanismos racionalmente estabelecidos, sendo a juventude uma força socialmente útil. A normalidade da condição juvenil é, na análise de Mannheim, sua utilização racional como força da sociedade¹⁸.

Os diferentes discursos sociológicos apresentados, inseridos em diferentes contextos e ao mesmo tempo informando estes contextos, funcionaram, como se procurou demonstrar, como mecanismos normalizadores, através dos quais se procurou subjetivar a juventude, dar-lhe um sentido e canalizar suas potencialidades.

1.4 Algumas considerações.

Tem-se trabalhado com a hipótese de que a juventude foi constituída como dispositivo e subjetivada como “transição”, “crise” ou “descontinuidade” nas sociedades modernas. Isto não quer dizer, temos que deixar claro, que o poder seja totalmente confiscado dos jovens, ou que eles estejam excluídos da possibilidade de exercê-lo. Não é pela via da alienação do poder que os dispositivos funcionam.

Foucault procurou instrumentalizar o termo dispositivo como “uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência” (CASTRO, 2009, p.124). O dispositivo tem, assim, uma função estratégica. Isto não significa que o dispositivo tenha um conteúdo imutável.

O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo ou negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste. Por outro lado, encontramos também um processo de perpetuo preenchimento (*remplissement*) estratégico (CASTRO, 2009, p.124).

¹⁸ No próximo capítulo, demonstraremos algumas transformações ocorridas na teorização da juventude que condicionaram o debate brasileiro sobre políticas públicas. Embora o problema da integração dos jovens ainda seja colocado, a perspectiva mais contemporânea é partir da diversidade da condição juvenil e verificar como a integração ou não integração é uma relação complexa de negociação entre sujeito e sociedade.

No caso do dispositivo de juventude, a urgência a ser respondida era a radical separação da infância (e das crianças) da esfera produtiva e demais traços da sociabilidade adulta; verifica-se a partir daí a organização de um aparato moral, institucional, técnico e científico em torno dos processos da infância e da juventude e uma especial atenção quanto ao “papel dos jovens” na continuidade ou na mudança social. A juventude se constrói como experiência e identidade no interior desta rede de muitos elementos colocados em circulação por diversos atores e instituições na vida cotidiana, nas relações familiares, na vida escolar, nos momentos livres e de lazer, na vida comunitária, nas relações de trabalho, nos discursos publicitários, nos meios de comunicação de massa, etc. A identidade da juventude é assim constituída no âmbito de múltiplas e micro relações e pode ser subjetivada como contra-poder ou como resistência ao poder.

O traço característico do poder é que certos homens podem, mais ou menos, determinar por completo a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que exercem sobre ele. Mas não ao poder. Mas se ele pode ser induzido a falar, embora seu último recurso pudesse ter sido calar-se, preferindo a morte, isso significa eu ele foi levado a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi submetida ao poder. Ele foi dominado pelo governo. Se um indivíduo pode permanecer livre, por menor que seja sua liberdade, o poder pode submetê-lo ao governo. Não existe poder sem oposição ou revolta em potencial (FOUCAULT, 1990, p. 98).

Os jovens exercem poder, mesmo que a partir da juventude que lhes é atribuída. São conhecidos os slogans defendidos pelos movimentos juvenis nas décadas de 1960 e 1970, como “não confie em ninguém com mais de 30”. Sabemos também que desde o século XIX, muitos movimentos político-culturais têm sido apresentados como *ideologias juvenis*, desde o Movimento Juvenil Alemão, na virada para o século XX, passando pelo radicalismo estudantil nas décadas de 1960 e 1970, pelo movimento hippie, punk, etc.

A percepção desta autoconsciência opositora juvenil levou alguns autores, como demonstra Abramo (1994) a considerarem uma cultura juvenil destacada e mesmo oposta à cultura mais ampla, propiciada pela confluência dos processos de estabilidade social e ampliação da escolarização no mundo pós-Guerra, por um lado, e o surgimento de um mercado de bens de consumo voltado exclusivamente para o público jovem, por outro.

Segundo indicam algumas reflexões mais recentes, numa sociedade adultocêntrica como a nossa, a adesão aos grupos culturais aparece para o indivíduo jovem como oportunidade de construção de uma autoestima e possibilidade de uma identidade positiva. (DAYRELL e GOMES, 2002; MACHADO PAIS, 2003). A este respeito, deixamos a

seguinte questão por ser respondida: Submeter o entendimento das práticas juvenis a uma *cultura juvenil destacada* também não seria uma maneira de normalizar estas práticas e reduzir seu potencial crítico?

Pensando a partir do dispositivo e da governamentalidade, a resistência dos jovens não precisa, necessariamente, compor uma ideologia ou lógica cultural bem definida. Sendo a subjetivação da juventude um processo de sujeição e normalização, a resistência reside na constante possibilidade de não submissão ou ajustamento dos indivíduos aos padrões socialmente impostos.

Como dispositivo, a “juventude” submete os jovens a formas e modalidades de exercício do poder (governamentalidade); cada contexto histórico e social produz seu ideal de juventude e os mecanismos de ajustamento dos jovens. Mas mesmo num contexto dado, definições conflituosas sobre a juventude podem operar. A diversidade de discursos é característica do dispositivo e isso quer dizer que discursos diferentes e mesmo opostos tem efeitos políticos sobre e a partir dos jovens.

Cada discurso pode ser assim analisado em sua positividade, ou seja, em sua capacidade de articular problemas e sujeitos numa trama social que é, ao mesmo tempo, analítica e política.

Toda esta reflexão teve por objetivo introduzir a ideia de dispositivo na compreensão sociológica da juventude. Apresentou-se nesse capítulo as visões do jovem delinquente, rebelde ou radical que tanto interessaram aos discursos e análises sociológicas em meados do século XX (e que se encontram disseminadas nas práticas e discursos sociais contemporâneos). Por sua vez, a visibilidade que vem sendo construída e disputada no Brasil atual é a do *jovem sujeito de direitos* e das *medidas políticas e institucionais* necessárias para se garantir a existência de uma juventude.

As políticas públicas para juventude devem ser compreendidas, esta é nossa suposição, como *modalidade do dispositivo* ou como *racionalidade específica* que coloca em relação de governo dois conjuntos: de um lado, os recursos e bens públicos e os aparatos institucionais e políticos do Estado; de outro, representações e discursos sobre a juventude.

No capítulo seguinte, será analisada a subjetivação da juventude a partir das políticas públicas no Brasil.

2 A JUVENTUDE NO DISCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O presente capítulo discute como a juventude vem sendo subjetivada a partir do debate sobre políticas públicas no Brasil. Será apresentado um breve histórico da emergência deste campo teórico-político (Políticas Públicas de Juventude), seguido de uma reflexão sobre as mudanças epistemológicas que têm norteado o debate científico sobre juventude, demonstrando como estas mudanças ecoam na análise de especialistas no campo das PPJ sobre algumas áreas estratégicas que vem sendo foco de programas governamentais.

2.1 A juventude na agenda da redemocratização.

A institucionalização da juventude como objeto e sujeito de políticas públicas é fenômeno recente e processo em curso na sociedade brasileira. Ocorrida a partir da virada da década de 1980 para a de 1990, a constituição de tal campo político se dá a partir de mais de um processo social (CLEMENTINO, 2009; CASTRO, 2011): a redemocratização e a possibilidade de novos temas e atores nas lutas por direitos e na definição de metas para o Estado; a percepção, por parte de alguns setores e instituições (nacionais e internacionais), dos jovens como segmento estratégico para o desenvolvimento e/ou como população suscetível a determinados riscos; a evolução dos paradigmas a partir dos quais a relação juventude-sociedade foi compreendida no campo científico. Esses processos ora se sobrepõem, ora se articulam.

Embora a literatura disponível careça de dados mais consistentes sobre a adoção, na história brasileira, de políticas oficiais focadas nos jovens, segundo Abad (2002), na América Latina, a visibilidade política sobre os jovens segue um percurso que passa por quatro modelos: ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); controle social dos setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); inserção laboral dos jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Verifica-se que, em boa parte do século XX, a atuação do poder público brasileiro em relação às novas gerações se baseou em premissas desenvolvimentistas e no controle das condutas “desviantes”. O primeiro documento oficial voltado para os jovens data de 1927, quando foi redigido o primeiro Código de Menores, também conhecido como Código Mello de Barros, cujo escopo baseava-se na “moralização do indivíduo e da ordem social, propondo para sua concretização a criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que a

desviassem do trabalho e da ordem” (CRUZ NETO, 2001, p.57). Numa perspectiva jurídico-mecanicista, a problematização dos jovens se restringiu à oposição entre maioria e minoridade.

Nos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, numa perspectiva desenvolvimentista (e positivista), aprovou-se decreto que obrigava a aplicação da Educação Moral, Cívica e Física para a infância e a juventude (CLEMENTINO, 2009). O Código de Menores de 1927, porém, vigorou por décadas e só seria substituído durante o regime militar, quando o Estado brasileiro dirigiu sua atenção ao potencial de mobilização política de alguns jovens, sobretudo, pertencentes aos movimentos estudantis e às organizações políticas, revolucionárias ou não, que faziam oposição ao regime. Esta visibilidade deu forma à Política Nacional de Bem-Estar do Menor, em 1964, em consonância com a Lei de Segurança Nacional, que visava o controle político-ideológico dos grupos dissidentes. Ainda no regime militar, em 1979, o novo Código de Menores permitia ao Estado reprimir e reintegrar todas as crianças e jovens em situações que poderiam oferecer risco a ordem pública, através do recolhimento à FEBEM, FUNABEM ou FEEM (ARANTES, 1999).

Esta realidade, embasada num modelo mais autoritário de gestão e de sociedade, só pôde ser questionada entre as décadas de 1980 e 1990, quando se atrelou a determinadas fases de vida as discussões sobre direitos humanos e sociais, colocando uma série de reivindicações no quadro de uma sociedade que, com o fim do regime militar, deveria ser mais democrática, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

O quadro favorável à juventude guardaria ainda relação com a participação ativa dos jovens tanto na Campanha das Diretas Já quanto no impeachment de Collor. Cabe destacar que, ainda na década de 1990, a pressão feita por organizações e movimentos sociais fez com que partidos políticos incluíssem a juventude como pauta em seus programas de governo (CORDEIRO e CLEMENTINO, 2012).

A inserção da juventude como objeto de políticas públicas experimenta desde então uma ampliação vertiginosa, com marcos legais iniciados na proclamação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passando pela criação de mecanismos institucionais que garantiram o espaço da juventude na agenda dos governos, até o estabelecimento do Estatuto da Juventude em 2013.

No início deste processo, tomando a redemocratização como marco, um dos primeiros problemas identificados foi a situação de exclusão e vulnerabilidade social na qual se encontravam milhares de crianças e jovens, notadamente nos grandes centros urbanos do país. Esta realidade foi objeto de algumas investigações que denunciaram a falta de investimento

por parte do Estado em políticas voltadas para a inclusão dessas crianças e jovens, frutos de uma sociedade altamente desigual e que, vivendo à margem dos direitos sociais constituídos, acabavam encontrando refúgio na criminalidade, na delinquência e nas drogas (ZALUAR, 1992). Como resultado destas análises e do surgimento de ONGs e movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos jovens, surgiu, em 1990, o ECA, que veio a substituir o Código de Menores de 1979.

A novidade do ECA é que ele rompeu com o conservadorismo jurídico da maioria legal, viabilizando o entendimento das crianças e adolescentes pelo viés da cidadania, isto é, como sujeitos de direitos para os quais se desenharão políticas sociais específicas, superando a visão de “menores em situação irregular” contida no Código de Menores.

O ECA propôs um recorte etário mais pautado pelos aspectos biopsíquicos do desenvolvimento humano (aqueles estabelecidos pela psicologia), adotando as categorias *infância* e *adolescência*, esta última se situando entre os 15 e 18 anos, correspondente aos processos físicos e psíquicos da puberdade, demarcando o início da juventude. Neste aspecto, foi alvo de críticas por pesquisadores e militantes da juventude, na medida em que exclui parcela significativa da população que vive a condição juvenil, possuidora de marcos mutáveis, que dependem das possibilidades que os jovens encontram de entrada no mundo produtivo, de independência da família de origem e etc. (SPÓSITO e CARRANO, 2003) Além disso, o ECA preza pelos indivíduos que vivem em processos de exclusão social, operando assim na ótica da vitimização juvenil.

Verifica-se, também, na década de 1990, o surgimento de instituições e agências de trabalho social, como ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência etc., que se destinavam a prestar atendimento a adolescentes em situação de “desvantagem social” ou de “risco”. Numa análise feita no final daquela década, Helena Abramo (1997) teceu algumas considerações críticas em relação aos programas desenvolvidos por estas instituições, dividindo-os em dois blocos:

...programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar que em parte considerável desses programas, a despeito de suas boas intenções, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas” (ABRAMO, 1997, p.26).

Por parte do poder público, uma série de propostas governamentais destinadas aos jovens foi ensaiada ainda na década de 1990, mas sem um centro regulador, espalhados por vários programas do governo que não tinham um recorte etário, como nas áreas do trabalho, da cultura, da saúde, do esporte, da educação, que começaram a incorporar em seu escopo problemas específicos da juventude. No entanto, a noção que norteou esses programas, da mesma forma que o ECA, ainda privilegiava as situações de vulnerabilidade e exclusão social, associando a condição juvenil ao conceito de risco social (SPOSITO e CARRANO, 2003). Problemas identificados, principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, deram a materialidade das políticas de enfrentamento aos problemas da juventude, cujos 30 programas governamentais se espalharam por diversos ministérios e secretarias do governo federal (SPOSITO e CARRANO, 2003). Esses programas pecavam pela falta de focalização, o que explicaria sua falta de êxito (RUA, 1998b).

A entrada da juventude no rol das políticas públicas no Brasil comporta, portanto, um redimensionamento da visibilidade social de juventude articulada, em princípio, às temáticas da exclusão social e da violência. Se na década de 1970 a questão que pautava as discussões sobre juventude era seu potencial transformador, na década de 1990 as questões são uso de drogas, a ação criminosa, a exposição de crianças e jovens aos contextos de violências múltiplas (exploração sexual, exploração do trabalho infantil, etc.). Tudo isso entra na agenda social e política, apontando para problemas de sociabilidade vivenciados principalmente nos centros urbanos nos quais as desigualdades sociais, acirradas pelas dinâmicas da reestruturação do capital, se tornam geradoras de múltiplas tensões. Segundo Abramo (1997), trata-se, em certo sentido, de uma reapropriação da visibilidade do jovem delinquente (desenvolvida pelo funcionalismo sociológico), mas que agora é tomado como vítima de um contexto social desigual, excludente e violento. A juventude é vista aqui como suscetível a determinados problemas sociais que, por sua vez, afetam a própria qualidade e temporalidade da fase de transição.

Esta visibilidade foi questionada pelo campo acadêmico, cujos debates e seminários realizados durante as décadas de 1990 e 2010 por especialistas no tema tentaram definir um olhar mais abrangente sobre a juventude, centralizando as questões dos direitos e da cidadania como meta.

Marília Pontes Spósito (2011) relembra três momentos importantes na constituição de uma agenda de políticas para juventude, demonstrando como eles representaram tentativas de composição de novas percepções sobre os jovens no Brasil. O primeiro, ainda nos anos 1990, o seminário “jovens acontecendo na trilha das políticas públicas”, realizado em Brasília, no

qual se constatou que “as demandas por políticas públicas para juventude permaneciam como estado de coisas” (SPÓSITO, 2011, p.332), mais que como realidade. O segundo aconteceu em 1998 quando a ONG Ação Educativa realizou um ciclo de debates sobre diversos temas relacionados aos jovens, como trabalho, violência, saúde, drogas. Neste ciclo, tentou-se estabelecer “um debate público em torno dos jovens que deslocasse os olhares, que problematizasse diagnósticos dominantes; enfim, que pudesse qualificar melhor um emergente modo de compreensão dos jovens no Brasil” (*ibidem*, p.333) O terceiro momento é o seminário “Políticas Públicas – Juventudes em Pauta”, ocorrido em 2002, no qual as ações políticas voltadas para os jovens voltavam a chamar atenção em decorrência da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

De fato, no nível do governo federal, é só a partir do primeiro governo Lula que o espaço institucional da juventude começa a ter contornos mais bem delimitados. Como exemplo, temos a implementação da Lei n. 11.129 de 2005, a qual institui a Política Nacional de Juventude (PNJ), com a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, que formula, coordena e integra variados programas sociais voltados para os jovens, dentre eles, o ProJovem, destinado a integração sócio profissional de juventudes excluídas do processo educativo e profissionalizante. No âmbito jurídico, tem-se o reconhecimento das limitações do ECA, no que diz respeito aos aspectos da vida juvenil que não se encerram aos 18 anos de idade. Assim, aprovada e promulgada em julho de 2010, a PEC 042/2008, conhecida como a PEC da Juventude, foi transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo "jovem" no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, a exemplo do que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso (BRASIL, CF, 2011). O Estatuto da Juventude, que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas para juventude, foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2011, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em fevereiro de 2012 e finalmente sancionado pela presidenta Dilma Rousseff pela Lei 12852, em 2013.

Assiste-se portanto, na sociedade Brasileira, desde a década de 1990, a ampliação do tema juventude objeto de política pública. Algumas condições para esta ampliação foram colocadas pelo discurso de instituições reguladoras e de direitos humanos de âmbito internacional.

2.2 Contexto internacional

No plano internacional, a preocupação com o investimento na juventude já era uma realidade na década de 1960, quando a ONU aprovou a “Declaração sobre o fomento, entre a juventude, dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos” (CLEMENTINO, 2009). Duas décadas depois, a ONU definiu o ano de 1985 como “Ano internacional da Juventude: Participação, desenvolvimento e Paz” (*idem*).

É importante ressaltar que a preocupação da ONU e de outros órgãos reguladores era com os jovens vulneráveis à crise econômica mundial, notadamente os que viviam em “países subdesenvolvidos”.

Em los últimos años se há convertido en un lugar común señalar que los jóvenes son especialmente vulnerables a los efectos de la crisis social y económica mundial. Otro lugar común es sostener que debe entegrarse eficazmente a los jóvenes em el proceso de desarrollo para superar la crisis mundial y sus manifestaciones regionales, nacionales e locales (ONU, 1987, p. 12).

A tematização da ONU revela uma redefinição da visibilidade sobre a juventude, que nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, se caracterizava como identidade política produzida a partir das categorias “estudantes” e “movimentos estudantis” (GOULART e SANTOS, 2012), categorias que, de acordo com a ONU, eram insuficientes para definir as necessidades reais dos jovens afetados pela crise mundial (ONU, 1987).

A perspectiva de considerar os jovens como atores estratégicos para o desenvolvimento – e não apenas para os movimentos políticos –, desde então, vem sendo colocada de forma contundente no plano internacional como meta para a América Latina.

A juventude passa a ser o segmento da população cuja dinâmica se acomoda naturalmente ao ritmo dos tempos, enquanto o contrário acontece com a população adulta, para a qual a celeridade das transformações no mundo da produção reduz o valor de mercado de sua experiência acumulada e coloca suas destrezas em permanente risco de obsolescência. Desta forma, o foco da dinâmica se desloca às novas gerações (CEPAL-OIJ, 2000¹⁹, *apud* UNESCO, 2004, p. 35).

Esta ênfase nos jovens como atores estratégicos ecoa na consolidação das políticas de juventude no Brasil, focadas, sobretudo, em transformar as situações de vulnerabilidade em potencialidades juvenis no que diz respeito ao desenvolvimento. Para isto, o enfoque não

¹⁹ CEPAL. OIJ. *Adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe: oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo*. Santiago: CEPAL, OIJ, 2000

poderia ser na juventude entendida como conceito universal, mas, sim, fragmentado a partir das desigualdades.

Na América Latina, as avaliações deixaram entrever as limitações dos enfoques pretensamente universais, que na realidade só beneficiaram os jovens integrados de estratos medianos e altos. Isto é, os mais bem preparados para aproveitar os serviços que oferecem as políticas públicas universais ou os mais aptos a utilizar os serviços que são regulados pelo mercado (UNESCO, 2004, p. 34).

A redefinição da juventude como categoria estatística associada à vulnerabilidade e ao desenvolvimento possui uma clara conotação biopolítica, visto que “o raciocínio populacional como pensamento social produziu novas formas de identidade no qual a pessoa é definida normativamente em relação a agregados estatísticos” (POPKWITZ, 1994, p. 189).

Contudo, esta definição também visa a participação ativa dos jovens na sociedade. Pode-se compreender melhor a apreensão da juventude como alvo de investimentos estratégicos a partir de algumas transformações paradigmáticas no campo científico, no que diz respeito ao entendimento da relação juventude-sociedade, como veremos a seguir.

2.3 A condição juvenil: conceito analisador e objeto de intervenção

A tematização mais clássica da juventude no interior da teoria sociológica sofreu, a partir das décadas de 1970/80, importantes abalos. Eles vieram, de um lado, com a crise dos paradigmas clássicos das ciências humanas, decorrente das múltiplas frentes de crítica epistemológica que se colocaram a partir da década de 1970, como os estudos pós-modernos, pós-estruturalistas, pós-coloniais, de gênero. O que se implode, a partir dessas novas abordagens, é a tendência sociológica de se limitar os indivíduos e suas ações às macroestruturas e funcionalidade do sistema social. Abre-se uma margem para a compreensão das subjetividades dos sujeitos implicados nos contextos sociais analisados.

Aliado a esse pano de fundo teórico-metodológico, a própria atuação social dos jovens, seja no radicalismo político, seja na elaboração de culturas de contestação dos valores estabelecidos, levou a certa desconfiança nas análises que enquadravam, de forma simples e direta, as ações dos sujeitos jovens na perspectiva de uma fase universalmente vivida (GROPPO, 2009).

Por exemplo, uma corrente teórica que tentou elaborar uma visão diferente dos fenômenos juvenis daquelas pautadas na questão da crise da continuidade da ordem social moderna ou do conflito geracional entre juventude e sociedade adulta foi desenvolvida na

década de 1970, pelos Estudos Culturais britânicos, entre pesquisadores da Universidade de Birmingham, Inglaterra. Numa compilação de ensaios publicados nos anos 1970, *Resistance Through Rituals* (HALL; JEFFERSON; 1976), a noção de juventude como categoria unitária foi questionada. A partir da análise de grupos juvenis surgidos nos anos 1950, os autores substituem o termo *cultura juvenil* pelo termo *subculturas juvenis de classe*, destacando que o conteúdo simbólico de uma subcultura juvenil se origina nos conteúdos simbólicos da cultura da classe social à qual o grupo pertence. Essas subculturas são respostas culturais elaboradas pelos jovens aos problemas específicos de sua classe de origem. São assim uma forma específica de vivenciar os problemas da classe, especificidade esta dada por sua posição etária e geracional.

Não é possível, a partir deste foco, falar em juventude como categoria genérica, pois as formas de vivenciar a transição para a sociedade adulta são limitadas pela própria estrutura de classes da sociedade capitalista, ou seja, cada classe possui sua juventude. Esse olhar teve grande importância para a sociologia da juventude, estando próximo, em certo sentido, da reflexão realizada por Bourdieu (1983) em sua entrevista *A 'juventude' é apenas uma palavra*, citada anteriormente.

Outras formas de abordagem sociológica da juventude podem ser lidas na produção teórica contemporânea. David Harvei (1992), por exemplo, ao tratar do tema na ótica da “pós-modernização”, considerou que os atributos supostamente típicos da juventude cristalizada nas sociedades modernas (vivência do imediato, vigência do instantâneo) teriam se expandido de modo a compor formas hegemônicas de sensibilidade social para todas as idades.

Nessa mesma linha, outros autores, como Meyrowitz (1985), consideram a existência de um embaralhamento dos atributos e status modernamente atrelados à infância e maturidade. Baudrillard (1972,1991) fala de uma juvenilização da vida, na qual a juventude, enquanto experiência culturalmente determinada, é recodificada como “juvenilidade”, ou seja, como signo, deslocado das vivências concretas, mas que pode ser acessado através do consumo de determinados produtos.

Para os debates sobre PPJ, no entanto, estas perspectivas não se mostram tão frutíferas quanto aquela que coloca em questão a universalidade de tal fase de vida, iniciada pelos Estudos Culturais.

A visibilidade posta sobre a vivência da juventude como algo heterogêneo foi importante pois tornou possível estudar experiências localizadas a partir da cultura e do contexto histórico-político, e não apenas na ótica da disfunção ou do desvio, como no funcionalismo sociológico.

Contudo, vale ressaltar que a noção da crise e da transitoriedade não foi totalmente abandonada pelos estudos das subculturas de classe, uma vez que, no seio de uma classe determinada, as subculturas juvenis aparecem como reflexos da própria crise da transição etária, mas as formas de expressão desta crise são delimitadas pela cultura e pelos problemas da classe de origem (ABRAMO, 1994).

Há pelo menos um efeito constante da crítica dos estudos culturais: o uso do termo *juventudes*, no plural, parece ter se tornado paradigmático, indicando um grande leque de cortes empíricos possíveis, tão variados quanto pode ser a própria existência e experiência da juventude.

Esta nova visibilidade também se traduz na tendência da sociologia em reformular seus métodos de abordagem empírica dos jovens, numa tentativa de ressignificar a própria juventude como categoria, admitida como parte de um processo mais amplo de constituição dos sujeitos, processo tão longo quanto a própria vida, que não tem fim nem fases bem definidas, no qual a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem (DAYRELL, 2003).

Tomemos como exemplo um estudo sobre culturas juvenis que se tornou um clássico dos anos 1990, realizado pelo sociólogo português José Machado Pais (2003). Nesse estudo, Machado Pais faz as seguintes considerações de método:

Tomei os jovens como fatia de coetâneos movendo-se através do tempo, cada um deles com sua própria experiência de vida, influenciada por circunstâncias históricas e sociais específicas. Recorri, pois, a perspectiva metodológica do *curso de vida*... Interessava-me, nomeadamente, analisar as relações entre tempo *pessoal* e tempo *histórico*, tempo *de transição* e tempo *de sincronização*, trajetórias individuais e estruturas sociais e, por último, interessava-me analisar a *transição* como um processo de negociações complexo (MACHADO PAIS, 2003, p.72, grifos do autor).

Interessante notar como a relação entre estruturas sociais e juventude é articulada, no trecho destacado, em função de “trajetórias individuais”, num complexo processo de “negociação” com o meio social. É uma abordagem muito diferente daquela empreendida pelos primeiros estudos sociológicos da juventude, focados em dizer, de forma mais disciplinar, qual o lugar social da juventude, ou o que se deveria esperar dos jovens. A juventude deixa de ser apenas uma *fase de vida* e torna-se também uma *condição social*.

Esta ideia fincou raízes na produção sociológica brasileira²⁰, servindo para referir-se, de modo geral, a uma dupla dimensão da juventude: numa primeira dimensão, a *condição*

²⁰ Ver, por exemplo, Dayrell (2003, 2007), Abramo (2005), Groppo (2010). Obras essas contidas nas referências deste trabalho.

juvenil diria respeito ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico-geracional; numa segunda dimensão, esta *condição* referir-se-ia a uma *situação juvenil*, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais, como classe, gênero, etnia, etc. (ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2007).

É importante, portanto, compreender que os programas formulados e coordenados no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude, assim como a criação do próprio Estatuto da Juventude, foram tornados possíveis graças ao envolvimento de outros setores da sociedade na elaboração discursiva deste campo político, notadamente o meio acadêmico. Por exemplo, constatou-se a importância de pesquisas e produções acadêmicas que, incentivadas pelo governo e por instituições internacionais, levantaram informações sobre a relação entre os jovens e a educação, o trabalho, a violência, a sexualidade, o gênero, a saúde, a família, o uso de drogas e etc.²¹ De maneira geral, essas pesquisas refletem um movimento intelectual que tem forçado a ampliação das abordagens e das problemáticas relacionadas à juventude, dado que, além de *produtores e/ou vítimas de problemas sociais*, os jovens são *sujeitos sociais, dotados de agencia e capacidade reflexiva*. Há mais espaço para *negociação* entre os sujeitos jovens e a sociedade na forma como o discurso sociológico contemporâneo compreende o processo de socialização, e isto, não se pode deixar de frisar, constitui por si um fato político.

Um trabalho que mapeou o discurso sociológico latino-americano entre o final o século XX e início do atual demonstra que

os “S” encabeçam a lista das regularidades identificadas: pensar a juventude de hoje em suas múltiplas determinações e expressões obriga a todos a pensar e a falar no “plural”. Essa “regra” é tributária do campo que introduziu a necessidade de *ressignificação dos estudos e teorias sobre juventudes: os estudos culturais*. (BARBIANI, 2007, p.140, grifos do autor).

A despeito desta fragmentação do objeto juventude, duas categorias analíticas ganham destaque: a *condição juvenil*, encarada, como vimos, como o contexto histórico-político-cultural no qual a transição para a vida adulta é vivenciada; a de *culturas juvenis*, que enfatiza as construções identitárias e simbólicas dos jovens como formas de sociabilidade e reflexividade diante da realidade colocada pelos indivíduos submetidos, num dado contexto, à

²¹ Refiro-me às pesquisas “Perfil da Juventude Brasileira”, publicada pelo Instituto Cidadania em 2003, e “Juventude, juventudes: o que une e o que separa”, publicada pela Unesco-Brasil em 2006.

condição juvenil. O uso das categorias condição e/ou cultura, de acordo com a pesquisa citada, torna-se

o “guarda-chuva” possível e conciliador das diferentes perspectivas de encarar e definir a juventude em suas diversas manifestações e expressões. Aqui reside a possibilidade de uma “chave-explicativa” e estruturadora de saberes que venham a constituir e legitimar a categoria juventude(s) como campo do conhecimento, dotado de um estatuto epistemológico e ontológico próprio (BARBIANI, 2007, p.141).

O campo da cultura (identidade juvenil) e o campo da condição social (construção material e simbólica da juventude como fase) são os mais explorados na identificação contemporânea da juventude (GROPPO, 2010)²².

Outro conceito que aparece em algumas discussões no campo das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), e que vem se somar à diversidade de situações tornadas visíveis pela noção de condição juvenil, é o de *moratória vital* (MARGULIS e URRESTI, 1996), espécie de crédito vital decorrente do fato de os jovens estarem mais longe da velhice, da enfermidade, da morte²³. Este conceito permitiria analisar as diversas situações juvenis a partir da maior ou menor posse do excedente temporal, do crédito vital, de algo que se dispõe quando se é jovem e que, ao contrário, se desgasta e se perde com o envelhecimento. “De este modo, tendrá más probabilidades de ser joven todo aquel que posea esse *capital temporal* como condición general” (MARGULIS e URRESTI, 1996, p.5).

La juventude, en tanto función, estaría expuesta a um desgaste diferencial em la materialidade misma del cuerpo según género y setor social, com lo que deja de ser mera cronologia para entrar a jugar, processada por la sociedad y la cultura, em el plano de la durabilidad que es cualitativamente diverso, no lineal y más complejo. Así, lo sociocultural influiría los ritmos del desgaste biológico, haciendo la pesar la diferenciación em la mera cronologia (*idem*).

Como se verá adiante, essa consideração da juventude como moratória vital desigualmente experimentada está implícita na prática e desenho de alguns programas, para os quais um dos focos é a vulnerabilidade a que estão expostas determinadas parcelas da população de jovens brasileiros.

²² Luís Antônio Groppo tenta condensar essas duas formas de apreensão sociológica da juventude no conceito de “dialética da juventude”, o que significaria considerar um processo de constante disputa entre as identidades juvenis e a condição juvenil socialmente delimitada, ou seja, a integração social versus a autonomia juvenil. Ver A condição Juvenil e Modelos Contemporâneos de Análise Sociológica das Juventudes, GROPPPO, L.A. in *Ultima Década*, n. 33, CIDPA, VALPARAISO, diciembre 2010, pp. 11-26.

²³ Esta discussão aparece, por exemplo, nos capítulos referentes à educação e segurança pública do estudo publicado pelo Ipea em 2009. Ver: CASTRO, J.A.; AQUINO, L. M., ANDRADE, C. C. (orgs.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

Enfim, essa breve explanação nos demonstra que há, na teorização contemporânea da juventude, um elemento fundamental para a constituição desta como objeto de políticas públicas específicas, que é o reconhecimento do jovem como sujeito necessariamente diverso, condicionado pelas condições materiais e culturais de existência.

O processo de reconhecimento do jovem como sujeito jurídico e problema de políticas públicas só é possível pela redefinição epistemológica do objeto juventude, não mais circunscrito apenas pela temática da fase biopsicológica, mas encarado na ótica da condição social à qual o sujeito é submetido e desenvolve sua personalidade e sociabilidade.

A partir dessa redefinição conceitual, alguns documentos norteadores para as políticas têm afirmado que seu objeto é a juventude como condição social, ou simplesmente a condição juvenil, demarcando tanto o desenho quanto as metas a serem alcançadas pelas políticas adotadas.

Existem, pelo menos, cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivo maior de políticas: i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central, iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização. (UNESCO, 2004, p. 26).

O objetivo das políticas de juventude, no Brasil, seria, assim, criar mecanismos que ajam diretamente sobre a condição juvenil, garantir direitos aos indivíduos que vivem tal condição e garantir que a condição juvenil seja um direito de todos. Aplicar medidas políticas com foco na juventude possibilitaria alterar a qualidade da condição juvenil, dado que as desigualdades sociais impossibilitam muitos jovens de viver esta condição em sua plenitude ou normalidade.

É importante lembrar que as políticas aplicadas nem sempre “alcançam” a condição juvenil na ótica da cidadania. Segundo Krauskopf (2003), coexistem pelo menos quatro focos nas políticas de juventude adotadas: a juventude como etapa de preparação, transição entre a infância e a idade adulta; a juventude como etapa problemática; a juventude formada por atores estratégicos para o desenvolvimento; a juventude cidadã, como sujeito de direitos.

A coexistência entre modelos pautados por diferentes critérios é uma das limitações apontadas pelos especialistas do campo e se explicaria pelo fato de a juventude ser sempre uma representação, variável de acordo com o contexto em que a política é formulada. (SPÓSITO e CARRANO, 2003). Apesar disso, verifica-se um esforço nos documentos formulados no âmbito do governo federal no sentido de estabelecer como meta a condição

juvenil na ótica dos direitos e da cidadania. “O governo federal inovou na concepção de política pública e passou a considerar a juventude como condição social, e os jovens, como sujeitos de direitos” (BRASIL, 2006, p.7).

A expectativa é que as políticas adotadas não devam ser “apenas o retrato passivo das formas dominantes de conceber a condição juvenil (criminalização dos jovens pobres, por exemplo), mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações” (SPÓSITO e CARRANO, 2003, p.182).

O foco das políticas públicas é a condição juvenil. Isto implica em estabelecer a juventude como condição desigual (desigualdade entre jovens e não jovens e desigualdade entre os próprios jovens); situação vulnerável (se grande parte da população já se encontraria em situação de vulnerabilidade, o fato de ser jovem é um agravante desta vulnerabilidade); sujeito sociocultural (submetido à determinada realidade social, mas que responde reflexivamente à esta realidade).

Vejamos como estas três esferas de significação sociológica da juventude são expressas no debate contemporâneo sobre políticas públicas e tornam-se os principais focos de programas governamentais.

2.4 Juventude, Desigualdade e Políticas Públicas.

São muitas as desigualdades entre os jovens brasileiros, quando considerados como categoria estatística (regionais, por faixa-etária, gênero, raça, classe/renda. A relação educação-trabalho tem sido uma das principais chaves analíticas para as discussões sobre as desigualdades entre os jovens e para a formulação das políticas públicas.

Orientando-se pelo modelo interpretativo mais clássico da moratória social, a juventude se caracterizaria justamente por um período dedicado à formação ou capacitação dos indivíduos para adentrarem a esfera produtiva, típica da condição adulta.

Ora, como se pôde verificar na discussão sobre a condição juvenil, esta moratória não é universal, sendo limitada pelas desigualdades sociais, de classe, de gênero, raça/cor, etc. Na prática, significa reconhecer que o distanciamento da esfera produtiva não serve como marco referencial para amplas camadas da população cronologicamente jovens, mas para as quais dedicar-se exclusivamente aos estudos não é mera opção.

Como vem demonstrando pesquisas e análises recentes, o trabalho figura como tema de grande relevância para grande parte dos jovens brasileiros. Em 2006, dos 34,7 milhões de

jovens existentes no país, 18, 2 milhões estavam ocupados, 12, 5 milhões estavam inativos e 3.9 milhões encontravam-se desempregados. Ainda havia um contingente de 6, 5 milhões de jovens que não estudavam nem trabalhavam (IBGE, 2006²⁴, *apud* CORROCHANO, 2011). Pesquisa mais recente, divulgada em setembro de 2013 pelo IBGE, e veiculada pelo Portal Gazeta do Povo²⁵, revela que 70,4% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estavam trabalhando ou procurando emprego.

Em 2002, uma pesquisa constatou que 73% dos jovens haviam começado a trabalhar antes de completar 18 anos de idade, trabalho e escola coincidindo em grande parte dos casos. O trabalho faz parte da vivência da juventude brasileira e, aliás, pode-se dizer que, ao contrário dos países europeus, no Brasil, para grande parcela da população, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo um mínimo para o lazer, o namoro e o consumo (DAYRELL, 2007, p.1109).

Contudo, a questão se agrava se levarmos em conta que “as mudanças mais amplas do mundo do trabalho que não estão circunscritas aos jovens os afetam mais intensamente em termos de oportunidades de trabalho” (GONZALES, 2009, p. 112). Assim, como aponta Corrochano (2011), as jovens gerações são mais fortemente atingidas pelo desemprego e pela precarização dos postos de trabalho e, por esta razão, mobilizam respostas dos adultos e de suas instituições, “contribuindo para ampliar a visibilidade de conflitos cruciais da sociedade como um todo” (CORROCHANO, 2011, 45).

Existe a hipótese, vinda dos estudos contemporâneos sobre gerações, de um movimento de dissolução dos *ciclos de vida* em nosso contexto, admitindo-se que as formas institucionais impostas pelo capitalismo tardio podem ter impactos profundos em nossa relação com o tempo social (PERALVA, 1997; MELUCCI, 2007). As novas regras trazidas pela reestruturação produtiva e internacionalização da economia tornaram mais difícil vivenciar as fases de vida da forma como elas eram entendidas. As demandas por mobilidade e capacitação contínuas, a dinâmica da reprodução da produção e a rápida obsolescência das forças produtivas poderiam bagunçar as divisões etárias conhecidas, trazendo, por exemplo, a expansão da *importância da juventude*. O trecho a seguir, destacado de relatório da UNESCO (2004), explicita esta hipótese, ainda que reitere o caráter de moratória da juventude e coloque para os jovens a responsabilidade pelo futuro das sociedades.

²⁴ Referimo-nos à Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, Instituto Cidadania, 2003 e análise de IPEA, 2009, a partir da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2006.

²⁵ Informações retiradas do link: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1506627>>. Acesso: 28/12/2014.

São variadas as razões que permitem afirmar que a globalização, assim como a ampliação das fronteiras de competitividade em um cenário de acelerada incorporação de inovações tecnológicas, são acompanhadas com uma notável elevação da potencialidade da contribuição dos jovens ao desenvolvimento de suas sociedades. Certamente, a principal destas razões é a o papel destacado do conhecimento como motor das transformações e como recurso fundamental das sociedades para enfrentar os desafios que elas têm pela frente. A juventude – destaca-se – é a etapa da vida dedicada essencialmente à aquisição de conhecimentos. Para isso, a sociedade outorga uma moratória de papéis, isto é, uma suspensão temporária das obrigações que favorece tanto a flexibilidade para adaptar-se à novas situações, experimentando-se com elas e fazendo um balanço de suas vantagens e desvantagens, como a incorporação rápida de inovações, processo que não enfrenta, como nas gerações adultas, as resistências provenientes de hábitos e práticas culturais cristalizadas, ou de interesses que já fincaram raízes em estruturas institucionalizadas (OIJ-CEPAL, 2000, *apud* UNESCO, 2004, p.36)

Em direção oposta ao otimismo em relação ao protagonismo juvenil colocado pelo trecho destacado, alguns autores apontam que o sentido que os jovens dão ao trabalho, contudo, estaria sendo profundamente alterado pelas mudanças culturais advindas da reestruturação produtiva. Nessa linha de raciocínio, a socióloga Nadya Araújo Guimarães (2008) argumenta que um lugar comum da atual sociologia do trabalho é a ideia da dissolução da ética do trabalho a partir do fim da década de 1970, da qual resulta uma relação com o trabalho que o torna “objetivamente disforme” e “subjetivamente periférico”, isto é, o trabalho se torna apenas uma entre tantas motivações importantes na organização da vida coletiva. Até o fim da década de 1970, a passagem da escola ou universidade ao emprego se efetuava de modo mais imediato, numa espécie de passagem pré-programada, na qual os níveis de graduação escolar correspondiam ao nível de gradação no sistema de emprego. Posteriormente, emerge nas sociedades capitalistas a ideia de “inserção no trabalho”, termo que por si só descreve a “tentativa” de encontrar emprego após o término dos anos escolares. É uma “inserção aleatória”, que a autora conecta a três mudanças importantes no sistema de empregos:

Rompe-se a equiparação entre trabalho e emprego remunerado (vigente no contexto patriarcal do “pleno emprego masculino” do pós-guerra); cai por terra o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo (multiplicando-se as formas alternativas de relação com o trabalho, como tempo parcial, trabalho no domicílio, entre outros); saem de cena os contratos de longa duração, em que o vínculo empregatício “casa” o trabalhador a um mesmo empregador por toda (ou quase toda) sua vida produtiva (de sorte que o emprego deixa de ser uma salvaguarda para o desemprego) (GUIMARÃES, 2008, p. 155).

Assim, o trabalho tornado “objetivamente disforme” assume um sentido caótico, sem rumo pré-determinável, em que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir dos mecanismos de regulação socialmente institucionalizados e há intensa transição entre

situações ocupacionais. Nesse sentido, Guimarães arrisca a hipótese de que a centralidade do trabalho para os jovens não advém de seu significado ético, mas antes resulta de sua urgência como problema, ou seja, o trabalho é mais uma demanda a satisfazer do que um valor a cultivar (GUIMARÃES, 2008).

Segundo Bajoit e Franssen (2007), a crise do modelo tradicional do trabalho não significa que ele deixe de ser desejável para as gerações jovens, mas torna-se difícil de praticar. Para as gerações recém-chegadas ao mundo do trabalho, “a cultura do trabalho, capaz de proporcionar uma identidade digna e positiva ao trabalho, torna-se uma referência distante, mas sempre desejada” (BAJOIT e FRANSSEN, 2007, p. 98) e “as expectativas em relação ao trabalho, são reduzidas à sua dimensão instrumental: fonte de ganhos, ocupação do tempo, status social” (*idem*).

Para o jovem trabalhador, pode-se afirmar então que o trabalho é um tema central de suas preocupações, mas dadas às condições materiais e simbólicas do próprio sistema de empregos, sua relação com o trabalho torna-se mais instrumental e individualizada, fazendo parte de sua reflexividade, de sua trajetória pessoal de busca de sentido e inserção social. Se, por um lado, o jovem faz parte do mundo do trabalho, por outro, o mundo do trabalho faz parte de sua juventude.

Além destes elementos culturais associados à condição juvenil, ecoados pelas mudanças globais no mundo do trabalho, há um elemento estrutural da relação juventude-mercado de trabalho: entre os jovens, as taxas de desemprego são mais elevadas que entre os adultos em diferentes países, em diferentes momentos, seja em conjunturas de crescimento, seja em momentos de crise (CORROCHANO, 2011). A mesma autora argumenta que em períodos de recessão, as taxas de desemprego juvenis elevam-se mais rapidamente que a dos adultos, e em momentos de expansão, diminuem mais lentamente. Falar do desemprego juvenil no Brasil.

Assim, a dura realidade é que o crescimento econômico, embora fundamental do ponto de vista da inserção laboral dos jovens, não garante a equidade de oferta para jovens e adultos.

A outra ponta da relação educação-trabalho, ou seja, a própria educação, também figura como problema a ser mediado pelas políticas públicas e explica como as oportunidades de trabalho são desiguais entre os próprios jovens.

O Brasil vem assistindo a uma ampliação vertiginosa das taxas de escolarização e alfabetização (entre os anos de 1992 e 2011, a porcentagem de jovens que frequentam a escola se elevou de 59,7% para 84,2% para os jovens de 15 a 17 anos, de 22, 6% para 29,4%

para os jovens entre 18 e 24 anos e 5,8% para 11, 2% para os jovens de 25 a 29 anos)²⁶. Isto significa que um grande contingente populacional outrora excluído da vivência escolar hoje frequenta as classes escolares de todo país.

Destaca-se que os investimentos feitos ao longo dos últimos 20 anos na universalização do acesso à escola de Ensino Fundamental, no período da infância, contribuíram para a queda do analfabetismo entre todas as idades no país e projetou demandas de ampliação no Ensino Médio e Superior, além da educação profissional e de jovens e adultos (RIBEIRO, 2011).

Porém, existem fatores que fazem com que o aproveitamento escolar (incluindo a quantidade de anos dedicados ao estudo e os níveis educacionais alcançados) seja um fator de desigualdade entre os jovens. Os principais gargalos, do ponto de vista das políticas públicas, são a evasão escolar e a distorção idade-série, problemas que se acentuam para algumas parcelas da população.

Tanto o abandono escolar quanto a distorção idade-série geralmente se associam à necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho para muitos jovens brasileiros. Porém, esse fator não explicaria a totalidade dos casos. Por exemplo, em 2012, pouco mais de 10% dos jovens brasileiros entre 15 a 17 anos apenas trabalhavam, significando que pouco mais da metade dos jovens nessa faixa etária fora da escola foram atraídos pelo mercado de trabalho (SNJ-IPEA, 2014).

As motivações para o abandono escolar são sem dúvida mais acentuadas em famílias de baixa renda, mas é preciso considerar a relação estabelecida com a escola, “tendo em vista que a dedicação ao trabalho pode prejudicar a frequência escolar, mas também que o sistema de ensino pode mostrar-se incapaz de atrair o interesse do aluno” (CORROCHANO, 2011, p.49).

Deve-se considerar que a escola, institucionalmente, é um espaço ordenado por um conjunto de normas, regras e objetivos que buscam unificar as ações dos indivíduos, mas cotidianamente, é o local de uma complexa trama de relações entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposições e resistências, acordos e transgressões (DAYRELL, 2001)

Quem são estes jovens? O que vão buscar na escola? O que significa para eles a instituição escolar? Qual o significado das experiências vivenciadas neste espaço? Para grande parte dos professores, perguntas como estas não fazem muito sentido, pois a resposta é óbvia: são alunos. E é essa categoria que vai informar seu olhar e as

²⁶ SNJ/IPEA – Boletim Juventude Informa | n.1 | ano 1, 2014

relações que mantém com os jovens, a compreensão de suas atitudes e expectativas. Assim, independente do sexo, da idade, da origem social, das experiências vivenciadas, todos são alunos (...) A homogeneização dos sujeitos como alunos corresponde à homogeneização da instituição escolar, compreendida como universal (DAYRELL, 2001, p. 139).

O sentido (ou a falta dele) dado à educação escolar é fundamental se levarmos em conta que a efetivação de uma trajetória escolar “bem sucedida” demanda um profundo investimento, material e simbólico, que na maioria das vezes “não cabe” na vida de jovens mais pobres (RIBEIRO, 2011). Segundo relatório da UNESCO (2004), este quadro se agrava na medida que a percepção das carências no que se refere a qualidade e equidade do ensino ofertado (no caso na América Latina) cria uma “situação explosiva, já que por um lado permite aos jovens tomar consciência das oportunidades e possibilidades existentes na sociedade, mas, por outro, não lhes dá condições para aproveitá-las” (UNESCO, 2004, p.33).

Tanto a evasão quanto a distorção idade-série vem caindo no Brasil nas últimas décadas, apesar de pesquisa de 2006 apontar que apenas 25% dos jovens vivenciavam regularmente a adequação da idade com os ciclos escolares (IBGE, 2006²⁷, *apud* RIBEIRO, 2011).

Análise feita pela SNJ em parceria com o IPEA demonstra que

A estabilidade e o crescimento econômico geraram maior renda para as famílias mais pobres, possibilitando que parte dos jovens pudesse investir mais fortemente em sua formação. Entretanto, as desigualdades de cor e renda permanecem estruturantes no acesso e na permanência dos jovens na escola. (SNJ/IPEA, 2014, p.33).

Os avanços no acesso à escola não teriam, portanto, conseguido superar algumas desigualdades tradicionais e estruturais da sociedade brasileira. Para alterar este quadro, seria importante aumentar a qualidade de todos os níveis e modalidades de ensino, assim como formular programas voltados para atração dos jovens fora da escola.

Se conseguimos reconhecer que muitos jovens não ficam na escola porque nela não se identificam e não aprendem, e que isso se deve a um sistema público que cresceu vertiginosamente sem os investimentos necessários e sem as medidas que garantissem o acolhimento de novos públicos com qualidade, como culpabilizar aqueles que a abandonaram? Isto não seria culpabilizar a vítima? [...] Sem a entrada de novas discussões que focalizem os segmentos que estão fora da escola e sem políticas e programas atrativos a estes públicos a universalização do Ensino Médio

²⁷ Brasil/IBGE/PNAD, 2008

continuará a ser um belo discurso, com o qual ninguém ousa discordar, mesmo que seja, apenas, um discurso (CORTI e FREITAS, 2010²⁸, *apud* RIBEIRO, 2011)

A ideia seria, portanto, criar mecanismos capazes de auxiliar alguns jovens (os que estão afastados ou defasados da escola e que não possuem qualificação para o mercado) a recuperar o tempo perdido e aumentar suas chances de inserção nas esferas típicas da sociedade adulta²⁹.

2.5 Juventude, Vulnerabilidade e Políticas Públicas.

A questão da vulnerabilidade juvenil é uma das mais “urgentes” do ponto de vista das políticas públicas. Com indicadores que revelam que os jovens são os que mais morrem por causas violentas e que a faixa etária de 15 a 29 anos é altamente letal do ponto de vista sanitário (sobretudo no que diz respeito aos jovens negros), verifica-se certa urgência em formular políticas preventivas para a violência e os riscos associados a condição juvenil³⁰. O percentual de jovens agentes da violência e criminalidade também é considerável em relação a outros segmentos sociais, embora a criminalização dos jovens seja exacerbada pela mídia e por setores mais conservadores da sociedade (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009).

Na análise de alguns especialistas do IPEA, a vulnerabilidade e exposição a situações de risco deve ser articulada

à própria condição juvenil e à imprevisibilidade contida na passagem de uma experiência de vida majoritariamente pautada pelas relações que se estabelecem no espaço protegido e controlado da convivência familiar para as múltiplas vivências possíveis no cenário mais amplo dos espaços públicos, nos quais tem lugar a efetiva construção da autonomia (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009, p.195).

²⁸ CORTI, A. P.; FREITAS, M. V. Universalização e obrigatoriedade do ensino médio. In: CAVALCANTE, Márcia et al. (orgs.). *Ensino Médio: mudanças e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

²⁹ O principal programa formulado no âmbito da SNJ é o ProJovem, cujo escopo ambicioso é o de integrar socialmente jovens excluídos através da educação e profissionalização. O Projovem se divide em modalidades (ProJovem Urbano, ProJovem Rural, ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador)

³⁰ Ver: WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2014. Os Jovens do Brasil*. Flasco: Rio de Janeiro, 2014. Disponível no link: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso: 30/12/2014.

Segundo esses autores, os riscos devem ainda ser considerados a partir das dificuldades que o indivíduo jovem encontra na interação com seu meio imediato, podendo ser organizados em três categorias:

i) problemas na vinculação social do jovem às instituições que têm como função contribuir para sua formação e supervisão – a família, a comunidade e a escola; ii) condições em que se dá o processo de sua autoimagem; e iii) influência do grupo de amigos com quem convive mais imediatamente o jovem e as inter-relações que este grupo estabelece na sociedade (*ibidem*, p.196).

São muitos os riscos e vulnerabilidades associados à condição juvenil, seja no Brasil ou em outros países: mortes violentas; uso de drogas lícitas e ilícitas; acidentes de trânsito; brigas e violências entre jovens e contra patrimônio público. No entanto, um relatório da UNESCO (2002) definiu um conceito mais amplo de vulnerabilidade que engloba diversos aspectos da vida social que fragilizam grupos e indivíduos. Nesse sentido, a vulnerabilidade não se refere apenas à pobreza ou à violência, mas a diversas modalidades de desvantagem encontradas por alguns grupos no acesso ao bem estar social (UNESCO, 2002). Na definição da análise dos já citados especialistas do IPEA (2009), o tema dos *riscos* deve considerar as dificuldades e estratégias de que os jovens lançam mão na trajetória que lhes dará acesso ao mundo adulto, de modo que as ações (programas e medidas políticas) que visam à prevenção de danos façam algum sentido para os próprios jovens e sejam realmente efetivas.

Tratar dos riscos e vulnerabilidades juvenis, a partir das políticas públicas, implica levar em consideração fatores que extrapolam a vivência dos jovens e se inscrevem na sociedade mais ampla, como

a expansão, diversificação e sofisticação da violência delitual nas grandes cidades, a disseminação do porte de armas de fogo, a generalização de uma “cultura da violência” e as grandes contradições sociais – especialmente o consumismo exacerbado em meio à restrição das oportunidades de inserção social via mercado de trabalho e às grandes desigualdades sociais – têm sido apontados” para o envolvimento dos jovens em crimes (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009, p.201).

Apesar da presença estatisticamente comprovada dos jovens em atos de violência e na criminalidade, alguns autores reforçam o quão pernicioso pode ser a tendência de criminalizar a juventude.

Quando [...] tratamos dos fatores de risco para a violência e a criminalidade, por exemplo, partimos do pressuposto de que é preciso proteger as pessoas mais vulneráveis, abrir alternativas a essas pessoas de tal forma que se reduzam as chances de seu envolvimento com os atos infracionais etc. [...] Isso não nos oferece

a garantia, entretanto, de que esse mesmo saber não será usado contra aqueles que pretendemos proteger. Assim, se a criminologia permite concluir que crianças socialmente marginalizadas e vitimadas pela violência doméstica possuem chances muito maiores de desenvolver condutas infracionais na adolescência, tal informação pode ser lida por policiais ou por operadores do direito de forma a presumir que os jovens com esse histórico são suspeitos. Dessa maneira, teríamos, paradoxalmente, um novo caminho para o reforço à hipótese repressiva e para a discriminação e a estigmatização dos jovens pobres (ROLIM, 2006, p. 107).

O foco das políticas de juventude, no que se refere a violência e vulnerabilidade, deveria ser a prevenção, mais que a mera repressão, pois “no centro do problema está o processo de construção e afirmação de uma nova identidade e o papel que a violência pode exercer neste contexto” (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009, p. 202)³¹

2.6 Juventude, reflexividade e participação

Pode-se afirmar que a participação institucional dos jovens no campo das políticas de juventude é fundante do próprio campo que nasce, como um dos elementos centrais para a consolidação de uma política de Estado.

Não significa isto que o espaço institucional dos jovens esteja claramente delimitado, nem que exista um consenso sobre qual o papel específico dos jovens na elaboração de políticas públicas (CARRANO, 2011). Como já foi dito, historicamente, as políticas focalizadas na juventude se pautaram em representações estigmatizadas, que enxergam os jovens como problema social, estimulando respostas de caráter profilático e a tutela dos corpos, tempos e espaços da juventude.

No entanto, o debate especializado vem colocando de forma mais contundente a necessidade de se enxergar os jovens como atores sociais, portadores de identidade e capacidade reflexiva, isto é, capazes de oferecer respostas aos problemas que os afetam e que afetam a sociedade como um todo (UNESCO, 2004).

Destaca-se, dessa maneira, a diversidade de atores que se auto definem como “juventude” no processo de desenho e implantação de políticas públicas desde a primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008.

³¹ Podemos citar algumas iniciativas no âmbito do governo federal voltadas para a prevenção da violência e vulnerabilidade juvenil, como o Projeto de Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis (Protejo), implantado em 2007 e coordenado pelo Ministério da Justiça, e o Plano Juventude Viva, coordenado pela SNJ. Ambas as iniciativas visam ações de prevenção da violência, estímulo da cultura de paz e formação de jovens como agentes sociais em suas comunidades. No caso do Plano Juventude Viva, o foco principal é a juventude negra.

É voz corrente admitir-se que na mesma organização combinam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientem por diversas inscrições, combinando estar em partidos, movimentos clássicos, como estudantis e de formação sindical e grupos político-culturais, como movimento *hip-hop*, entidades do Movimento Negro, de Mulheres, LGBT, em frente ambientalista ou outros. Ora, tal orientação questiona, insiste-se, uma comum dicotomia em análises sobre participação, ou seja, formas tradicionais de fazer política x novas formas (estar em ONGs ou movimentos sociais), o que por outro lado não dissolve lealdades (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009, p. 69).

A legitimidade dos próprios jovens na elaboração de políticas públicas só pode ser sustentada se for levada em consideração a capacidade reflexiva dos mesmos, além dos aspectos contemporâneos da “condição juvenil”. Nessa ótica, Paulo Carrano (2011) fala de uma nova condição juvenil, não mais circunscrita à transitoriedade deste período de vida.

Para este autor, na juventude se estabelecem traços da personalidade que acompanharão os indivíduos por toda sua vida. Mesmo que as estruturas e condicionamentos culturais sejam ainda importantes, um dos princípios organizadores dos processos produtores de identidades contemporâneas diz respeito ao fato de “os sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha que uma imposição” (CARRANO, 2011, p. 242).

A implicação de tal consideração para o campo das PPJ é que o papel das instituições sociais, muito mais do que tutelar ou disciplinar individualidades e coletividades, deveria ser contribuir para que os indivíduos jovens possam fazer suas próprias escolhas conscientes e constituir seus próprios acervos de valores e conhecimentos, que já não são impostos como heranças familiares ou institucionais (CARRANO, 2011).

Este jovem ativo e diverso seria um dos maiores desafios para o campo das PPJ. Formular políticas universais – a partir da condição juvenil atual; focalizadas – a partir das desigualdades e das vulnerabilidades específicas vivenciadas por algumas parcelas da população jovem; e que levem em consideração a “cabeça do jovem”, ou seja, que não sejam apenas formulações de adultos voltadas para jovens.

Podemos constatar que este debate, de alguma maneira, se reflete em alguns marcos legais e institucionais no que diz respeito às PPJ³².

O Estatuto da Juventude, por exemplo, estabelece, no artigo 4, que:

³² Em 2012, a SNJ criou o “Participatório da Juventude” (o nome vem da junção entre as palavras observatório e participativo), ambiente virtual que tem como objetivo a produção de conhecimentos sobre a juventude a partir da participação interativa entre jovens, organizações sociais e gestores públicos. Mais detalhes em <<http://juventude.gov.br/participatorio/o-que-e#.VJ8BG14AA>>. Acesso: 27/12/2014.

O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013, s/p).

O espaço institucional para a participação de movimentos e organizações de juventude vem sendo colocado na agenda governamental brasileira, como reflexo da compreensão sociológica da juventude como categoria por si mesma relevante e portadora de legitimidade na proposição de medidas políticas. Este é um processo muito recente e ainda em construção na sociedade brasileira e o impacto real da abertura de canais institucionais participativos para os jovens ainda está por ser analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação foi demonstrar a subjetivação da juventude a partir de práticas governamentais. Pautando-se pelo instrumental teórico-metodológico desenvolvido por Michel Foucault, notadamente pelo conceito de *dispositivo*, procuramos demonstrar como a juventude é uma subjetividade constituída em relações de saber e poder típicas das sociedades modernas.

No primeiro capítulo, discutimos os processos sociais da modernidade, destacando a progressiva escolarização da sociedade que substituiu as antigas formas de aprendizado e formação das novas gerações. Demonstramos como este processo de agenciamento dos jovens pela escolarização deu forma a uma *juventude moderna*, subjetivada como fase transitória e por isso mesmo instável do desenvolvimento humano. Este processo foi acompanhado pela racionalização de saberes como os da psicologia e da sociologia, ciências cujos discursos procuraram normalizar a juventude, através da delimitação de sua natureza, (dis)funcionalidade social e terapêuticas adequadas para a garantia de uma transição bem sucedida para a vida adulta. Tomamos as próprias ciências, portanto, como mecanismos governamentais.

No segundo capítulo, tentamos ampliar as considerações do capítulo anterior para a compreensão das Políticas Públicas de Juventude, campo político e científico que vem se desenvolvendo no Brasil nas últimas décadas. Não tivemos a pretensão de mapear exaustivamente todos os marcos legais e institucionais da construção deste campo, nem de avaliar sistematicamente os programas governamentais adotados e seus impactos sociais. Consideramos, antes, a possibilidade de se analisar como a aplicação de medidas políticas foi colocada a partir de três movimentos históricos: a redemocratização e a constituição de novos sujeitos jurídicos; a atuação de agências e instituições reguladoras internacionais; transformações paradigmáticas no interior do campo científico (sociológico) da juventude, cujo principal conceito operacional é o de *condição juvenil*. Este conceito permitiu apreender a juventude como condição desigual, situação vulnerável e sujeito sociocultural.

Verificou-se que os principais alvos dos especialistas e também dos programas de governo são as desigualdades e vulnerabilidades específicas da condição juvenil. As políticas adotadas visam dirimir as desigualdades de oportunidades entre os jovens, sobretudo através de mecanismos de equalização no acesso à educação escolar e programas de profissionalização de jovens em “desvantagem social”. No que diz respeito às vulnerabilidades, os especialistas indicam que a própria condição juvenil é uma condição de

“riscos”. Os programas formulados devem, segundo as análises citadas, ter a cautela de não criminalizar os jovens, mas criar oportunidades para que eles próprios saibam fazer escolhas racionais diante dos riscos potenciais à que estão submetidos.

Resta como meta a ser alcançada a questão da participação juvenil na formulação de políticas públicas, reconhecendo-se que os jovens são sujeitos socioculturais portadores de reflexividade e capazes de se autodeterminar. O espaço jurídico-institucional para esta participação vem sendo construído e organizações sociais e políticas que se auto definem como juventude começam a ocupar este espaço.

As questões levantadas nesta dissertação nos permitem fazer algumas considerações para estudos posteriores. No que diz respeito à ênfase colocada nas desigualdades e vulnerabilidades juvenis, consideramos a possibilidade de se analisar os mecanismos políticos adotados como mecanismos biopolíticos, que tem na população e nas taxas endêmicas desta população seu objeto. O objetivo dos mecanismos biopolíticos seria garantir a existência de uma juventude (considerando as parcelas da população que não vivem esta fase em toda sua potencialidade) e ao mesmo tempo garantir que a juventude seja superada no tempo mais próximo o possível do ideal. O alargamento da faixa etária da juventude (entre os 15 e 29 anos) permitiria adotar mecanismos específicos para que a “fase da juventude” se situe nos limites desta faixa etária. É possível constituir sujeitos de direitos a partir da regulação biopolítica? Por mais que esta regulação apareça como “urgente” e “necessária”, elas podem garantir os direitos da juventude ou serão apenas novas formas de tutela e controle dos “desvios” juvenis?

No que diz respeito à institucionalização de um espaço participativo dos jovens na elaboração de políticas públicas, destacamos a seguinte questão: podem os jovens se auto governar ao mesmo tempo em que são governados pelas políticas públicas? Dito de outro modo, as políticas públicas poderão reverter a polarização entre adultos e jovens ou serão uma forma contemporânea de governo dos jovens por adultos?

Por fim, retomando todo o percurso teórico apresentado nesta dissertação, reafirmamos a hipótese colocada na introdução de que as políticas públicas constituem parte de um dispositivo que destaca a singularidade da juventude ao mesmo tempo em que a torna governável. Se a juventude é uma subjetividade constituída a partir de mecanismos governamentais que buscam a normalização da sociedade e dos indivíduos, a normalização das políticas públicas é ambivalente: de um lado, a juventude é normalizada enquanto grupo populacional (pela biopolítica); de outro, é normalizada como sujeito, que deve ser ativo nos processos decisórios.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, H. W. A condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação** n.5-6, mai./dez.; 1997.

ARANTES, E. De “criança infeliz” a “menor irregular”: vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA, A.; JABUR, F.; CONDE RODRIGUES, H. **História da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro, UERJ, NAPE, 1999.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1978.

ARENDT, H. **La crise da la culture**. Paris: Gallimard, 1972.

BAJOIT, G; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. In FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

BARBIANI, R. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. In: **Revista textos e Contextos**. Porto Alegre, vol. 6 n.1 p. 138-153. jan./jun. 2007.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 5º ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/L-ei/L12852.htm>. Acesso: 02/01/2015.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: ed. UNESP, 1999.

CARRANO, P. Políticas Públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M. V. (orgs.). **Juventude em pauta: Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. “**Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**”. Perfil, percepções e recomendações da 1 Conferência Nacional de Juventude. Brasília, RITLA, 2009.

CASTRO, E. G. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, F.C e FREITAS, M.V. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2011.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso por seus conceitos, temas e autores**. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2009.

CERQUEIRA, R. M. Adolescência. Ou: Adeus filho? In: **psicologia e Comportamento**, maio/junho de 1984, pp.24-25.

CLEMENTINO, J. V. **As políticas de juventude na agenda pública brasileiro: desafios e perspectivas**. Dissertação. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

COHEN, A. K. A delinquência como subcultura. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude**, vol. III, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

CORDEIRO, M. C. M; CLEMENTINO, J. V. Políticas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. In: **O público e o privado**, ano 10, n.20, Julho/Dezembro, 2012. ISSN 1519-5481.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e Educação no tempo da juventude: entre dados e ações. In: In: PAPA, F.C e FREITAS, M.V. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2011.

CRUZ NETO, O. **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

DAYRELL, J. A Escola como espaço sócio-cultural. In DAYRELL, J.(org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**, Belo Horizonte; editora UFMG, 2001.

_____. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educação e Sociedade**, vol 28, n. 100, Campinas, 2007.

_____. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L. **Juventude, práticas culturais e identidade negra**. Palmares em ação. Brasília, DF, n. 2, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro, Ed. Melhoramentos, 1978.

EASTON, D. **Modalidades de Análise Política**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1970.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. Editora Perspectiva, 1976.

ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso: 28 de dezembro de 2014.

FERREIRA, H.; FONTOURA, N.; AQUINO, L.; CAMPOS, A. Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C.C (org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude. In BRITO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude**, vol. I, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1972

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, R.J. Ed. Vozes, 1993.

_____. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980 / Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino**. – São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2006.

_____. Omnes et singulatim: por uma crítica da razão política. In: **Novos Estudos**, n. 26, março, 1990.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, S. A metamorfose da puberdade. In: **Três ensaios para uma teoria sexual (1905)** Obras Completas, vol. II, Madrid, Biblioteca Nueva, 1976.

FURTER, P. **Juventude e Tempo Presente**. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra, 1967.

GONZALES, Z.; GUARESCHI, N. Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem. In **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de**

Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 6, núm. 2, (julio-diciembre), 2008, pp. 463-484.

GONZALES, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado é a saída? In CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C.C (org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GOODMAN, P. **Problemas de la juventud en la sociedade organizada**. Barcelona: Peninsula, 1971.

GROPPO, L. A. A condição Juvenil e Modelos Contemporâneos de Análise Sociológica das Juventudes, GROPPPO, L.A. In: **Ultima Década**, n. 33, CIDPA, VALPARAISO, dezembro 2010, pp. 11-26.

_____. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

_____. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n.26, 2009.

GUIMARÃES, N.A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.

GOULART, M. V. S.; SANTOS, N.I. S. Juventude e biopolítica: o poder jovem como objeto de intervenção política. **Revista Interthesis**, vol.9, n.1, jan./jun. 2012.

HALL, S.; JEFFERSON, T. **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. London, Hutchinson and Co, CCCS. University of Birmingham, 1976.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude**, vol. I, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

IVO, A. B. L. Anete. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: Cimadamore, A.; Hartley, D.; Siquiera, J. **A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global**. CLACSO, Buenos Aires, 2006.

KHEL, M. R. A Juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. e VANUCCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade**. Instituto Cidadania, 2004.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

MACHADO PAIS, J. A Construção Sociológica da juventude: alguns contributos. In: **Análise Social**. Vol. XXV (105-106) p. 139 – 165, 1990.

_____. **Culturas Juvenis**, 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

MACHADO, R (org). **Microfísica do poder**. “Introdução”. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MATZA, D. As tradições ocultas da juventude. In BRITO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude**. Vol. III Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MELLUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. In FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

MEYROWITZ, J. The blurring of childhood and adulthood. A case study in changing roles transitions. In: **No sense of place. The impact of electronic media on social behavior**. New York: Oxford University Press, 1985.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX. O Espírito do tempo 2**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

ONU. **Situación de la juventud en el decenio de 1980 y perspectivas y problemas para el año 2000**. Nova York: ONU, 1987.

ORTIZ, R. Org. Pierre Bourdieu, Ática, 1983. “Introdução”. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**.

PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos Jovens: da Antiguidade à era M**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.1.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 5,6, mai./dez. 1997.

POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (Org.). **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 173-210.

RIBEIRO, E. Políticas Públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: In: PAPA, F.C e FREITAS, M.V. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2011

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2006.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In Rua, M.G e Carvalho, Maria Isabel Valadão. **O Estudo da Política**. Tópicos selecionados Brasília: Paralelo, 15, Brasília 1998a.

_____. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Rua, M. das G. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, CNPD, 1998b.

SALEM, T. Filhos do milagre. In: **Ciência Hoje**, n.25, julho/agosto de 1986, pp.30-36.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez 2006, p.20-45.

SOUZA, L. A. F. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In SOUZA, L., SABATINE, T. e MAGALHAES, B. **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília, Oficina Universitária; São Paulo, Cultura Academica, 2011.

SPÓSITO, M; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, set./dez. 2003.

SPÓSITO, M. P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, F.C e FREITAS, M.V. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2011.

UNESCO. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília: Escritório da UNESCO no Brasil, 2002.

UNESCO. **Políticas Públicas de/com/para Juventudes**. Brasília: Escritório da UNESCO no Brasil, 2004.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. “Introdução”, São Paulo, Pioneira, 1981.

ZALUAR, A. **Nem líderes nem heróis: a verdade da história oral**, 1992.